

9 de Novembro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 234
Director-Geral
Evaristo Mulaza



I SEMESTRE DA ENSA
**Custo com sinistros
reduz 169 milhões KZ**

Págs. 10 e 11

INGLÊS PINTO, ANTIGO BASTONÁRIO DA OAA

“O caso 900 milhões de São Vicente não é selectivo”

Págs. 4 a 6



DIAMANTES

6 meses sem vendas

Pág. 11

OPINIÃO

António Vieira

Sonangol vale entre 117 e 145 mil milhões USD

Pág. 19

COVID-19: ALEGADA CORRUPÇÃO NOS CONTROLOS FRONTEIRIÇOS

Sair de Luanda sem teste custa 5 mil kz

PANDEMIA. Exigência de apresentação de teste à covid-19 para se sair de Luanda é violada diariamente nas viagens interprovinciais a troco de dinheiro. Esquema envolve alegadamente agentes da Polícia e negociações são feitas à luz do dia. Págs. 14 e 15

FONTE DO GOVERNO AO VALOR

Biblioteca da Presidência é importante, mas não avança para já

ORÇAMENTO DE ESTADO. Fonte do Governo avisa que documentação sobre a memória estratégica do Estado “se encontra dispersa” e assegura que a Biblioteca da Presidência deverá avançar, mal as condições financeiras o permitam. Versão do OGE de 2021 no site das Finanças desde 4 de Novembro corrige e já não inclui o projecto. Pág. 8



25 ANOS A CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO E SOCIAL DE ANGOLA

Editorial

A BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA

O novo imbróglio sobre a Biblioteca da Presidência da República exige umas linhas de esclarecimento. No seu último número (233), o VALOR deu destaque à intenção da Presidência de retomar o projecto e avançar com a sua construção. A matéria foi suportada pela versão da proposta de Orçamento Geral do Estado de 2021 que estava disponível na página de internet do Ministério das Finanças. Pelo menos, até ao fim da tarde do dia 3 de Novembro (terça-feira), sendo que a edição do jornal fecha às segundas-feiras. O VALOR não avançou, entretanto, com a publicação da matéria sem antes tentar o contacto com a Presidência, o que não foi possível. Os esclarecimentos do Palácio eram, entretanto, necessários quanto obrigatórios, na medida em que, há menos de cinco meses, o projecto em causa foi oficialmente

retirado da proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado do exercício corrente. Na altura, o Governo viu-se obrigado a recuar, face à forte pressão popular que, grosso modo, considerou o projecto não prioritário, levando em conta o contexto de extremas restrições financeiras no país. Estavam em causa 1,2 mil milhões de kwanzas (mais de 2 milhões de dólares, ao câmbio de Julho) e a opinião pública entendeu que havia prioridades na educação, na saúde e no combate à pobreza que bem mereciam os fundos.

O reaparecimento do projecto na versão do OGE de 2021, que estava publicada no site das Finanças, até ao dia 3, era, por isso, motivo de notícia. Até porque havia o agravante de o orçamento ter quase triplicado para 3,1 mil milhões de kwanzas (5,3 milhões de dólares ao câmbio actual). Ocorre que, a partir do dia 4 de Novembro, já depois de o jornal estar em circulação, o documento na página das Finanças foi alterado para outra versão em que a Biblioteca da Pre-

sidência já não constava. Em contactos posteriores, fonte oficial do Governo viria a garantir ao jornal que a versão da proposta do OGE enviada à Assembleia Nacional não inclui a biblioteca. Independentemente disso, a sucessão dos factos sugere, em termos lógicos, duas possibilidades. Ou houve mais um recuo da Presidência, ou houve um lapso do Ministério das Finanças ao colocar uma versão desactualizada da proposta do Orçamento para consulta pública.

Para todos os efeitos, é a explicação da fonte oficial que fica, entretanto, como a última palavra: o projecto não avança, por falta de recursos. O que está em causa, portanto, não é a sua relevância. Sendo verdade, por exemplo, que a documentação sobre a memória estratégica do Estado se encontra dispersa, como afirma a fonte do Governo, não parece minimamente questionável a importância de um espaço apropriado para a conservação deste acervo. O que é discutível aqui é só e somente a questão das prioridades.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS...



FERNANDO FRANCISCO JOÃO,
secretário de Estado da Juventude.

Como vê o facto de o desemprego ser das grandes preocupações da juventude?

A juventude é a maior força motriz do nosso país e o Executivo está a traçar todas as medidas necessárias para que se alcancem os objectivos.

Enquanto secretário de Estado da Juventude, o que tem feito a propósito?

Continuamos a fazer o nosso trabalho, apelando para que as políticas do Estado tenham sempre em atenção os problemas da juventude, sobretudo os que têm que ver com a habitação. Mas também as grandes realizações do ponto de vista de produção de infra-estrutura, com a possibilidade de a maioria dos empregados serem jovens.

O que representa o lançamento da plataforma E-Bumba?

É uma mostra muito clara de que o Executivo está empenhado. Vai facilitar, em certa medida, a vida dos jovens; vai ter um impacto muito positivo; vai permitir que os jovens tenham troca de serviços, vai formalizar actividades, além de fomentar o auto-emprego.

03 TERÇA - FEIRA

O presidente do conselho de administração da Zona Económica Especial de Luanda, António Henriques da Silva, anuncia que a extensão desta zona está a ser redimensionada para se retirar dela o valor que representa.

04 QUARTA - FEIRA

A Capitania do Porto de Luanda avisa os armadores e proprietários de embarcações abandonadas, inoperantes, semi-submersas e afundadas que terão de remover as mesmas em 30 dias, por porem em perigo a navegação na baía de Luanda.



SEGUNDA-FEIRA

O empresário, político e dirigente desportivo Bento dos Santos Kangamba é notificado com urgência para comparecer na Recredit, sociedade de recuperação de activos, para tratar de “assuntos relacionados com o seu interesse”, segundo um anúncio desta instituição.

05 QUINTA - FEIRA

O secretário de Estado do Planeamento, Milton Reis, anuncia que um consórcio de consultores externos foi contratado para desenvolver estudos de viabilidade de quatro projectos a serem implementados, no âmbito das parcerias público privadas (PPP).



06 SEXTA - FEIRA

O Banco Nacional de Angola alerta para a divulgação, nas redes sociais, de mensagens de carácter fraudulento respeitantes à atribuição de um subsídio de 45 mil kwanzas e de outros incentivos aos consumidores bancários.



07 SÁBADO

As novas admissões na função pública não serão permitidas em 2021, lê-se na versão preliminar do Orçamento Geral do Estado para 2021, que prevê também a proibição do pagamento de horas extraordinárias, excepto na saúde.



08 DOMINGO

Termina o julgamento dos manifestantes detidos pela polícia, em Luanda, a 24 de Outubro com 26 réus absolvidos e 71 condenados, pelo crime de desobediência, a uma pena de um mês de prisão convertida em multa.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM ALTA...

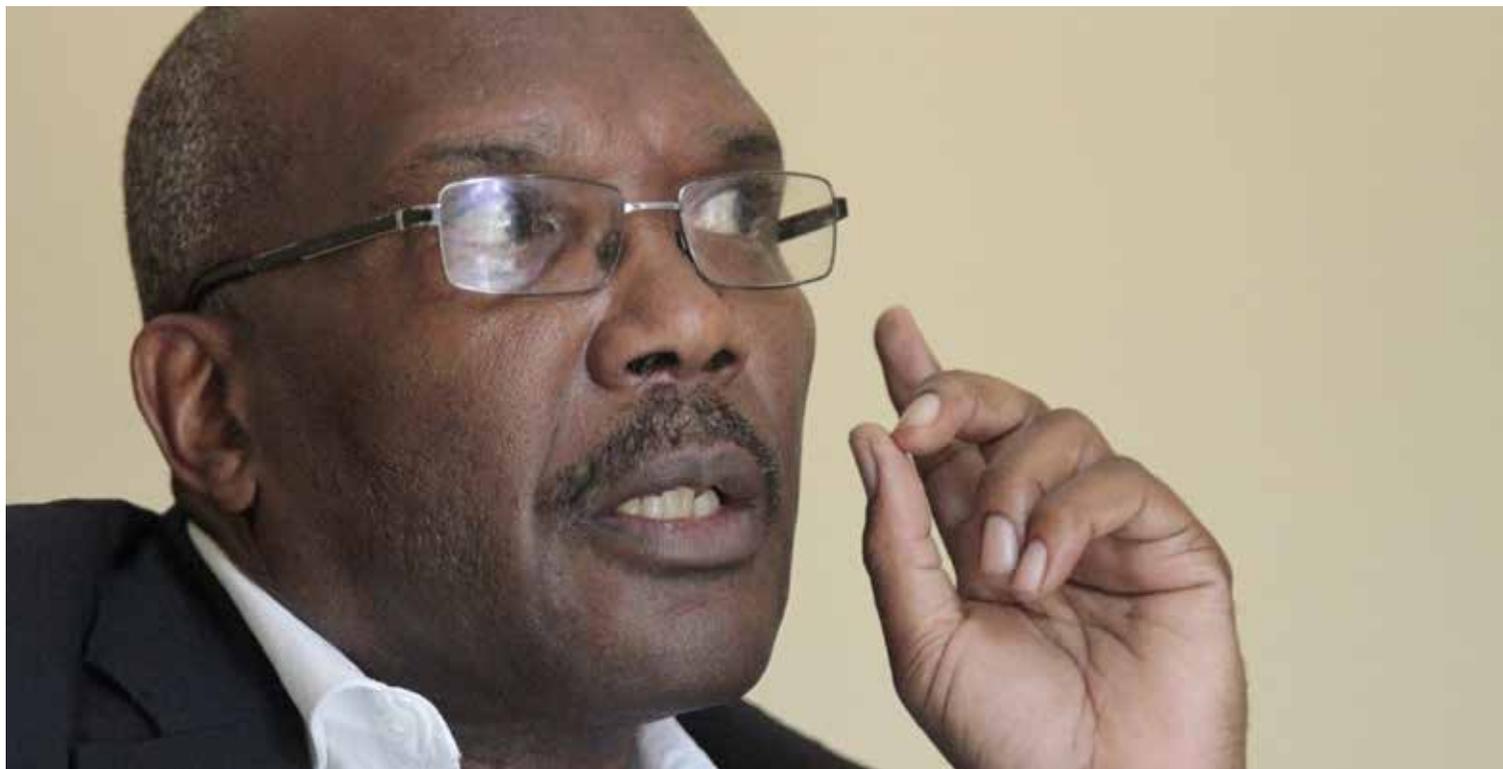
O petróleo começou a semana com ganhos significativos, motivado, sobretudo, pela eficácia da vacina contra a covid-19 da Pfizer. O Brent, referência às exportações angolanas, teve ganhos de 7,48%, ao negociar as entregas para Janeiro a 42,40 dólares. O WTI obteve ganhos de 8,41%, negociando as entregas para Dezembro nos 40,29 dólares.



BOLSAS EUROPEIAS TAMBÉM ANIMADAS...

A mesma tendência tiveram as bolsas europeias. O índice pan-europeu Stoxx 600 teve alta de 3,98%. A maior subida foi em Madrid, com o IBEX 35 a ultrapassar os 7.500 pontos. Em Frankfurt, o DAX avançou 4,94%, ao registar 13.095,97 pontos. Enquanto em Londres, o FTSE teve alta de 4,67%, ao assinalar 6.186,29 pontos.

Entrevista



INGLÊS PINTO, ANTIGO BASTONÁRIO DA OAA

“Cabe ao Presidente decidir se exonera ou não Ediltrudes Costa”

Tece elogios às opções de luta contra a corrupção e afirma ser injusto responsabilizar-se apenas o ex-Presidente da República pela derrapagem do país. E mais: Inglês Pinto assegura ainda existirem pessoas, dentro da estrutura da classe política dominante, que reprovam o questionamento da origem da riqueza de alguns.

Por Pedro Narciso

Á entendeu a política de combate à corrupção?

Entendi e não me surpreendi. Acho que é uma questão de preservação do próprio poder instituído, uma razão objectiva, não uma mera vontade

subjectiva de duas ou três pessoas. Não sei o que aconteceria a este país caso o conjunto de práticas imorais e ilegais exercidas ao longo das duas últimas décadas se prolongasse por mais dez anos. Não estamos a falar apenas da corrupção ao mais alto nível, de indivíduos que estavam ligados a decisões políticas e económicas fundamentais para a vida deste país, mas também daquilo a que chamo generalização da mentalidade corrupta,

que é a corrupção para a sobrevivência do cidadão.

Fala-se em justiça selectiva...

O conceito é muito subjectivo, razão pela qual tenho algumas reticências. Penso que toda a acção penal está a ser combatida. Porém, os casos que envolvem arguidos com ascendente do ponto de vista político, económico e social sofrem enorme repercussão. Todavia, não concordo, por exemplo, que o caso

dos 900 milhões de dólares, de São Vicente, tenha sido selectivo.

E concorda que o director de gabinete do Presidente da República continue em exercício de funções, depois de várias denúncias de alegadas práticas que o executivo diz combater?

Por uma questão de coerência, não faço intervenções levianas sem ter dados. Há todo um conjunto de informações trazido a público pela imprensa — acredito eviden-

temente nos meios de comunicação social —, mas faço sempre uma análise da oportunidade.

E então qual é a sua análise?

Cabe ao Presidente da República decidir se exonera ou não Ediltrudes Costa. E se existem condições para o fazer, quer do ponto de vista objectivo, quer do ponto de vista subjectivo.

Isto é?

A João Lourenço foi conferido esse poder, nos termos da Constituição. Por isso, tem o direito de decidir se exonera o seu director de gabinete depois de trânsito em julgado, decisão judicial, ou se, antes, mediante os indícios já do domínio público.

E o silêncio do Presidente sobre o assunto é ou não comprometedor?

Quem conhece a estrutura deste poder político não se surpreende com atitudes do género. Particularmente, já estive envolvido intensamente no seio do MPLA, razão pela qual conheço os seus defeitos, que tiveram origem no ano de 1975, fruto de conflitos não apenas com o sistema colonial, com os movimentos de libertação, mas também internos. Estas práticas negativas ainda têm influência nos dias de hoje. Infelizmente.

E como explica isso, legalmente, enquanto advogado há mais de 30 anos?

O processo de independência dos órgãos judiciais está a amadurecer, mas vai levar algum tempo, principalmente no que concerne aos procedimentos de natureza política.

A Justiça angolana não é independente, é isso?

Do ponto de vista jurídico ou formal, está garantida, mas há coisas que devem ser aperfeiçoadas.

!?

Não concordo com o sistema da constituição do Tribunal Constitucional. Não é garantia de independência nem de imparcialidade, mas, sim, um mecanismo essencialmente partidário.

A partidarização silenciou a classe, até juizes?

É uma pergunta pertinente. Na verdade, houve apenas um ou outro que bateu com a porta, mas em surdina, por causa da inibição imposta pela própria ‘máquina’, por um lado, e, por outro, a nossa estrutura mental foi criada no sentido de termos,

“O processo de independência dos órgãos judiciais está a amadurecer, mas vai levar algum tempo, principalmente no que concerne aos procedimentos de natureza política.”

em primeiro lugar, convicções partidárias e, só depois, a independência, mais ou menos formal...

É uma situação que mina os alicerces do Estado de direito.

Felizmente, muitos compatriotas que hoje estão a ser jubilados, no contexto da grande pressão política, da politização e da partidarização de todo o Estado, se bateram com determinação para garantir uma certa independência do sistema judicial. Hoje já temos magistrados, investigadores, advogados independentes, no verdadeiro sentido da palavra.

Mas...

Devemos ser realistas. No fulgor da juventude, pensávamos que era o melhor modelo para resolver os problemas da sociedade, a partir de um estado de economia planificada, com um partido único, líder e de vanguarda. Mais: tínhamos em Mobutu o exemplo do corrupto. Presentemente, chega-se à conclusão de que o antigo chefe de Estado do Congo não passava de aprendiz de feiticeiro face ao tipo de corrupção hoje em voga (sorrisos).

O que lhe pareceu a polémica que se colocou à volta do juiz Rui Ferreira, que viu o seu nome envolvido também em escândalos de justiça?

Houve um conjunto de análises objectivas e subjectivas – não tenho os dados exactos – para emitir um juízo de valor. Mas, quando faço as minhas análises políticas, sociais e jurídicas, abstenho-me das relações pessoais, amizade, respeito e cordialidade para com os meus compatriotas, alguns dos quais familiares.

É uma posição difícil?

Mas é importante saber conjugar essas relações com o interesse nacional para se fazer uma análise objectiva. Rui Ferreira, meu colega, meu amigo, tal como [Ernesto] Kiteculo, encontra-se na situação que conhecemos. Os nossos parentes e amigos também cometem erros, por vezes, até não os cometem, mas são mal interpretados por uma acção. Ambos são pessoas em quem confio do ponto de vista técnico. Mas se existem outros problemas, cabe às entidades competentes avaliar, sem subjectivismo e sem emoções. No presente momento, as decisões políticas, económicas e sociais devem ser feitas, repito, abstendo-se das relações pessoais, de amizade, de



Inglês Pinto acredita que o processo de independência dos órgãos judiciais está a amadurecer, mas vai levar algum tempo, principalmente no que concerne aos procedimentos de natureza política.

Não concordo (...) que o caso dos 900 milhões de dólares, de São Vicente, tenha sido selectivo.”

respeito e de cordialidade. Para evitar descalabros.

Precisamos de uma política de investimentos públicos com regras mais apertadas?

Um Estado que se preze deve ter o poder de regular para evitar assimetrias, desigualdades sociais e regionais. Não um Estado como o nosso, que esteve quase a ser privatizado. O que estamos a verificar hoje é que o peculato, por vezes, teve a bênção das estruturas legais, tendo sido tomadas decisões políticas com o pretexto de que era preciso criar

Não concordo com o sistema da constituição do Tribunal Constitucional. Não é garantia de independência.”

uma classe rica, que, tristemente, salvo raras excepções, fez investimentos. O resto foi só para consumo e ostentação desmedidos. É necessário fazer uma análise do ponto de vista social para se saber como este mecanismo foi criado e guiado.

É um mecanismo que não tem equivalente, é isso?

(Risos) O peculato já existe desde os anos 1880, mas as práticas daquelas a quem chamávamos colonialistas portugueses, exploradores,

O que estamos a verificar hoje é que o peculato, por vezes, teve a bênção das estruturas legais.”

fascistas foram bastante inferiores quando comparadas às usadas hoje no nosso país: extrema injustiça social e discriminação.

Considera, por exemplo, o ‘caso São Vicente’ como resultado da ‘bênção das estruturas legais’ ou nem por isso?

A lei determina que o co-seguro deve ser repartido por todas as empresas do sector, mas, por causa de alguma dose de arrogância e petulância, tal não se verificou, o grupo AAA acabou por ficar com o monopólio do seguro e resseguro petrolífero.

Para quem já denunciara, na altura, a bondade deste acordo em termos do interesse...

Simplesmente, lamentável. Na altura, fazia parte de uma sociedade de seguros com interesses nessa área, que saiu prejudicada. Apenas a Ensa, depois de muita pressão, conseguiu uma fatia do negócio... Este acontecimento faz parte da história jurídica e financeira do país, bem como do sector de seguros. Mas, na qualidade de jurista, não posso emitir um juízo de valor, fazendo julgamento na hasta pública. Cabe aos magistrados e investigadores, com fundamentos previstos na Lei das medidas cautelares, fazer justiça com imparcialidade.

O Estado angolano é um Estado bloqueador?

Agentes do Estado. E nós temos de ter capacidade para os pressionar de forma a cumprirmos, rigorosamente, o que está na Constituição e na Lei.

Os deputados são para aqui chamados?

Naturalmente. Devemos pressioná-los para que a legislação seja feita tendo em conta o interesse de todos nós, e não de determinados grupos, como aconteceu, só para exemplificar, com a lei que proibia a importação de viaturas com período não superior a três anos.

A propósito, qual é a sua opinião sobre o recém-formado conselho económico e social, com mais de 45 pessoas?

É importante, não obstante achar que devia ter sido criado há muito tempo. O número de pessoas não é determinante. Uma coisa é o plano teórico, outra é o dia-a-dia. Eles são conselheiros apenas, há depois quem use o seu poder discricionário previsto na Constituição e na Lei para determinar se acata ou não os conselhos. Entretanto, o bom senso aconselha que a auscultação em grande escala da opinião dos cidadãos melhora o desempenho dos poderes no sentido lato, quer legislativo, quer judicial.

Este executivo ouve conselhos?

Já ouviu menos, agora ouve mais porque há maior pressão social. Do ponto de vista dos direitos cívicos, o quadro, em termos de liberdades

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5

constitucionais, expressão e associação, melhorou substancialmente. Mas, lamentavelmente, há ainda alguns estratos dentro da estrutura da classe política dominante que reprovam uma maior abertura, tendo criado uma máquina em que não se pode questionar a origem da riqueza de alguns, induzindo em erro os mais desprevenidos, pois tal procedimento pode colocar em risco o poder instituído.

E quanto à insegurança jurídica, considerada um dos entraves dos investimentos estrangeiros?

Lamentavelmente... É urgente prosseguir com o reforço dos direitos e da justiça, mas não apenas uma reforma de elaboração de códigos. É necessário desburocratizar o sistema do registo de propriedade, investir na reforma dos notários, das conservatórias. Na verdade, são trabalhos que estão a ser feitos, mas que ainda não correspondem àquilo que seria ideal para a dinâmica económica e produtiva do país.

(...)

É urgente capacitar os quadros da Justiça e da Administração Pública em geral, dotá-los de princípios éticos e deontológicos, por um lado. Por outro, responsabilizar todos aqueles que, durante o

exercício da profissão, violam as normas legais e éticas, sem colocar de parte o combate ao excesso de corporativismo.

É justo dizer que José Eduardo dos Santos é o único responsável pelo estado de degradação a que o país chegou?

Não é correcto. Ele [José Eduardo dos Santos] teve decisões positivas, nomeadamente em matéria de estabilidade do país, da paz, de certas iniciativas, tanto sociais como económicas. Mas também teve muitas decisões negativas. Porém, não se deve imputar-lhe toda a responsabilidade, pois alguns erros foram cometidos, em abono da verdade, por pessoas que ainda hoje exercem o poder político. Em suma, todos nós estivemos envolvidos, uns mais beneficiados do que outros. Fomos complacentes. Devemos admiti-lo.

Concorda que o Ministério Público seja responsável pela investigação, instrução preparatória e, ao mesmo tempo, decida quem deve ser detido?

Acho ser necessário desenvolver o mecanismo do juiz de instrução. É necessário continuar-se a discutir este aspecto para que haja uma produção legislativa séria e sem emoções. Caso contrário, mais parece um julgamento antecipado.

E sobre os atrasos na implementação dos tribunais da relação,

Acho ser necessário desenvolver o mecanismo do juiz de instrução.

AO SERVIÇO DO DIREITO

Manuel Vicente Inglês Pinto dispensa apresentações no mundo académico angolano. Foi bastonário da Ordem de Advogados de Angola, entre 2006 e 2012, e presidente da União dos Advogados de Língua Portuguesa no mesmo espaço de tempo. Pelo meio, desempenhou também o cargo de administrador da Nova Sociedade de Seguros de Angola - Nossa Seguros, da qual foi sócio-fundador. Exerceu igualmente cargos de direcção nos ministérios dos Petróleos e da Energia e Águas, bem como de consultor na Associação Industrial de Angola e na comunicação social. Actualmente, tem escritório de advogados em Luanda, Lobito e Benguela, cidade onde nasceu há 63 anos.

visto que estes pretendem desorganizar o Tribunal Supremo...

Já deviam ter sido implementados há anos. Provavelmente, isso não se efectuou por limitações do ponto de vista do capital humano. Continuamos com défice de profissionais tecnicamente capazes e preparados do ponto de vista ético e deontológico para estar ao nível dos tribunais de segunda instância. Espero que os critérios de avaliação sejam rigorosos e as condições técnicas de trabalhos também.

Quer comentar sobre a retirada de imunidade de Manuel Rabelais, deputado do MPLA?

O caso, para além de ser legal, é política e moralmente correcto. Mas há que preservar o direito a uma defesa, julgamento condigno e a presunção de inocência, nos termos da Constituição e da lei.

E é legítimo suspender ou adiar a lei do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho [IRT] para as forças de segurança?

No que toca ao uso do poder discricionário, analisando os factos, em algumas situações, há a legitimidade de o fazer. Agora, do ponto de vista político, de segurança das pessoas, é conveniente? Para mim, não. Principalmente, em momentos de crise, em que a serenidade deve estar na ordem do dia. Recuar até é uma forma humilde de governar. Mas não podemos, regularmente,

aprovar, desaprovar, aprovar, desaprovar. Estas posições provocam uma certa insegurança, não só no cidadão nacional, mas também no potencial investidor estrangeiro.

Não há chefe sem equipa...

Também analiso as dificuldades inerentes ao processo, fruto da situação económica e social. Não obstante, há o famoso vício de satisfazer o chefe sem se ter o cuidado de ser rigoroso para defesa da área de conforto.

Esta frase é sua: “A Constituição consagra a imunidade dos advogados no exercício da profissão. Entretanto, o que temos visto é um atropelo constante dessa garantia.”

Foi a propósito da detenção, em Fevereiro último, de Eugénio Marcolino, em Benguela, a quinta de um advogado em exercício da profissão durante o ano judicial findo. Reconheço que a polícia tem trabalhado, mas deve melhorar substancialmente no que toca à actuação dos seus agentes. Casos tão incompreensíveis quanto a morte do médico em Luanda. Há quem argumente que são casos isolados. Além da ignorância que esta afirmação revela, a não punição com rapidez dos actores desses casos significaria uma crise no Direito, porque vingou a impunidade. O caso isolado, quando é extremamente grave, tem reflexo em toda a nação e no mundo inteiro.

Qual é a sua opinião sobre manifestação de 24 de Outubro?

A manifestação é legítima. As práticas ‘a posteriori’, quer dos manifestantes, quer das autoridades, é que não foram as mais correctas, tendo-se registado detenções e uma vítima mortal. O direito à vida pode condicionar outros direitos, mas há que ponderar, cumprir e fazer cumprir a Constituição e a lei. Especial atenção deve ser dada à liberdade/dever de informar e ao direito de ser informado, bem como ao respeito pela profissão de jornalista. Mas o julgamento final compete ao Tribunal. Exercer autoridade em democracia é difícil, mas não impossível.

O que representa para si o arresto dos bens de Manuel Vicente, Helder Vieira Dias Júnior ‘Kopelipa’ e Leopoldino Frago do Nascimento ‘Dino’?

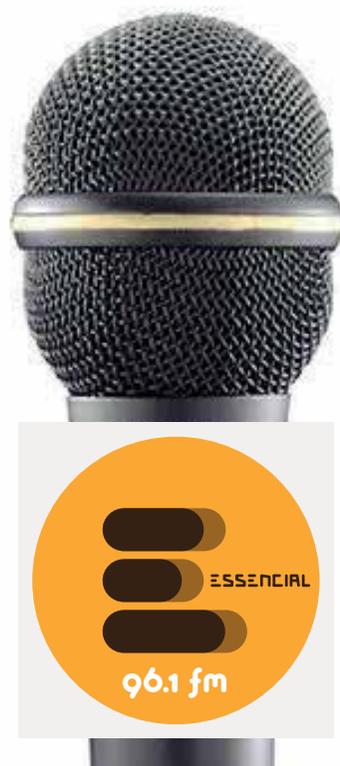
Não é apenas uma questão judicial, mas de moralização da sociedade.



Antigo bastonário da Ordem dos Advogados de Angola diz que o sector da Justiça tem um défice de profissionais tecnicamente capazes e preparados, do ponto de vista ético e deontológico, para estar ao nível dos tribunais de segunda instância.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Economia/política

EXECUTIVO ESCLARECE NECESSIDADE DE INVESTIR EM UMA BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA

Documentação sobre memória estratégica do Estado encontra-se dispersa

ORÇAMENTO. Fonte do Executivo revela debilidades do acervo da Presidência da República para explicar a importância e necessidade do investimento na biblioteca que regressou à proposta do OGE. E garante tratar-se de um projecto para avançar tão logo as condições financeiras permitam.

Por César Silveira

A documentação sobre a memória estratégica do Estado “encontra-se dispersa e, por isso, susceptível de se degradar”, de acordo com fonte do Executivo ao VALOR, ao referir-se à importância de se investir numa biblioteca da Presidência da República.

“Desde que a Angola é independente, os elementos materiais tangíveis, nomeadamente livros e outros documentos históricos sobre a Presidência da República e seus representantes em Angola e no exterior nunca estiveram sujeitos a um processo coordenado de gestão a nível dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República (OAPR), encontrando-se dispersos, em forma de entulhos, nos porões e em várias áreas dos Serviços, cuja identificação e recolha se afigura bastante complexa”, explica.

A fonte diz acreditar que “os angolanos, muitos deles intelectuais respeitáveis, que combatem a ideia da criação de uma Biblioteca na Presidência da República não se sentirão orgulhosos de saber que o principal órgão de soberania de Angola está desprovido de memória institucional”.

Além da componente da preservação da memória, o Executivo destaca a importância que o



Conselho de Ministros aprovou proposta do OGE 2021 na semana passada

investimento teria para a aproximação da sociedade à Presidência, visto que “os palácios, desprovidos da componente cultural e de produção de saber simbolizada pelas bibliotecas, galerias ou museus, não passariam de um espaço castrense e longe do interesse da sociedade”.

“Por esta razão, não se conhece palácio presidencial que não tenha, no mínimo, uma Biblioteca”, realça a fonte, salientando que, nestas bibliotecas, “repousa toda a história da presidência de um país que, por razões óbvias, se confunde com a história do próprio país”. “As bibliotecas dos palácios presidenciais não são investimentos supérfluos, na medida em que

constituem os principais espaços de interação cultural entre a Presidência da República e a sociedade, ao mesmo tempo que serve de depositário de toda a informação estratégica do Estado para a posteridade”, reforça.

Uma biblioteca no Centro Político-Administrativo do Estado, acrescenta, “é, antes de mais, um projecto de e para a sociedade, porque visa a aproximação do cidadão às instituições e à sua história. Em poucas palavras, trata-se de um projecto de preservação da memória e da cultura estratégicas de um povo que, ao longo de anos, teve conquistas e recuos, estabeleceu alianças e projecta a sua influência no cenário internacional”.

PROJECTO VAI AVANÇAR ASSIM QUE POSSÍVEL

A mesma fonte do Executivo que vimos citando salienta que, “apesar da sua importância”, as actuais condições financeiras são desfavoráveis à realização deste investimento público, reforçando que a Biblioteca da Presidência “não consta da proposta do OGE/2021, não por se tratar de um investimento irrelevante, mas devido à escassez de recursos financeiros de que o país padece”.

No entanto, o projecto constava da versão do OGE de 2021 disponibilizada no site do Ministério das Finanças pelo menos até ao dia 3 deste mês, tendo sido matéria de destaque da edição passada do VALOR. A partir do dia 4 de Novembro, passou a estar disponibilizada uma outra versão do OGE no site das Finanças, e o Executivo garante agora que esta é que deveria constar da proposta desde a primeira versão. “Supomos que a informação em causa terá sido extraída de uma versão anterior à actual proposta, na medida em que o projecto vem constando dos documentos desde 2018, mas nunca tendo chegado à aprovação, simplesmente por razões de tesouraria”, explica a fonte.

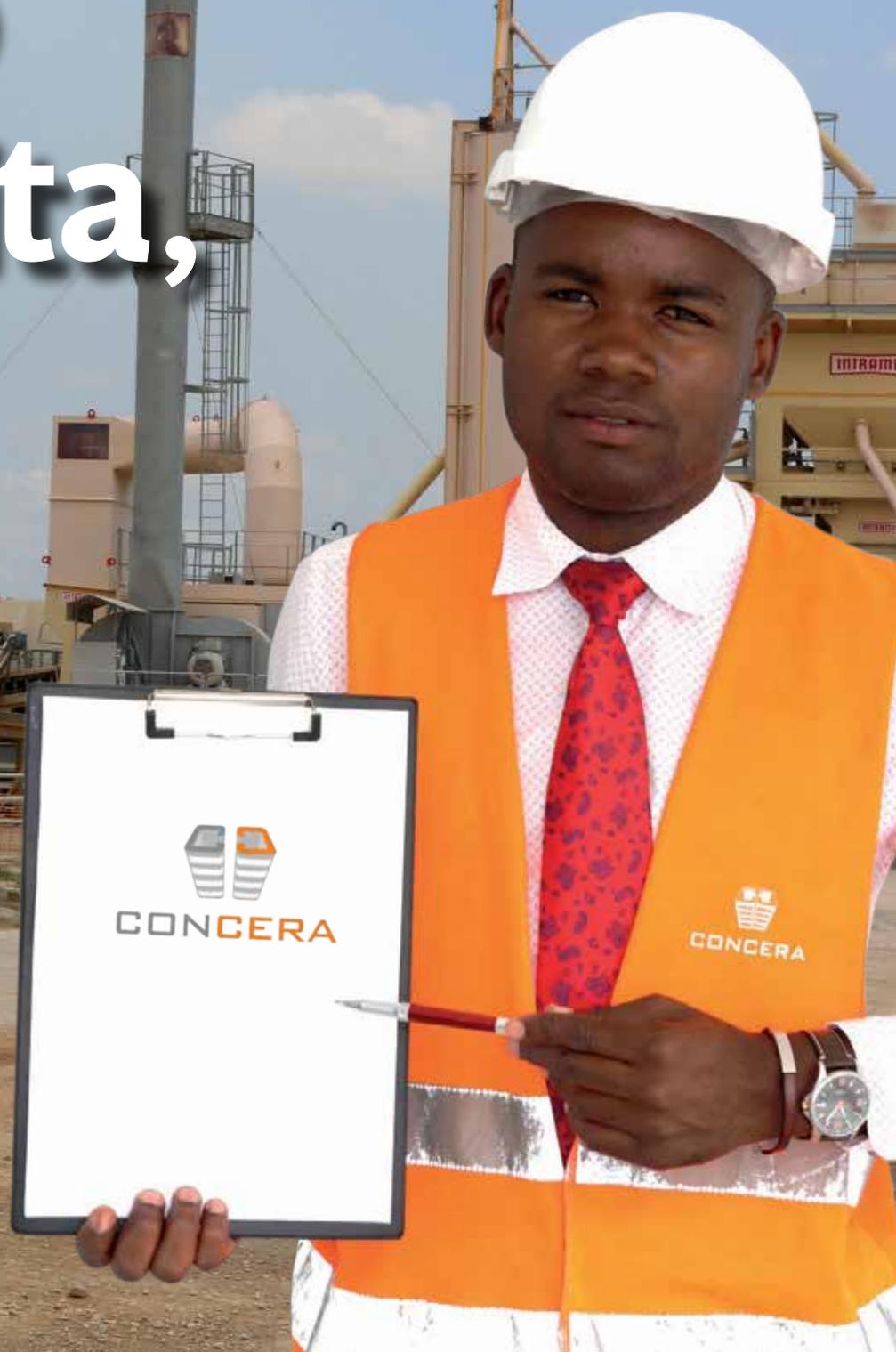
O projecto de estudo e construção da Biblioteca da Presidência da República, que constava na versão do OGE de 2021 disponibilizada pelas Finanças até ao dia 3 Novembro, tinha uma dotação de 3.163 milhões de kwanzas (5,3 milhões USD), ou seja, perto de três vezes mais se comparado aos 1,2 mil milhões de kwanzas adjudicados na proposta do OGE Revisto 2020.

MEMORIZE

● **Riscado do OGE 2020** Revisto, projecto voltou a aparecer na proposta para OGE 2021. Executivo garante que foi por lapso e adianta que vai avançar quando existir condições financeiras

Acrescentando que a biblioteca “não é um equipamento social para o usufruto dos funcionários da Presidência da República, mas sim um bem de uso comum, destinado a toda a sociedade e às gerações vindouras”, a Presidência considera tratar-se de um “investimento importante”.

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



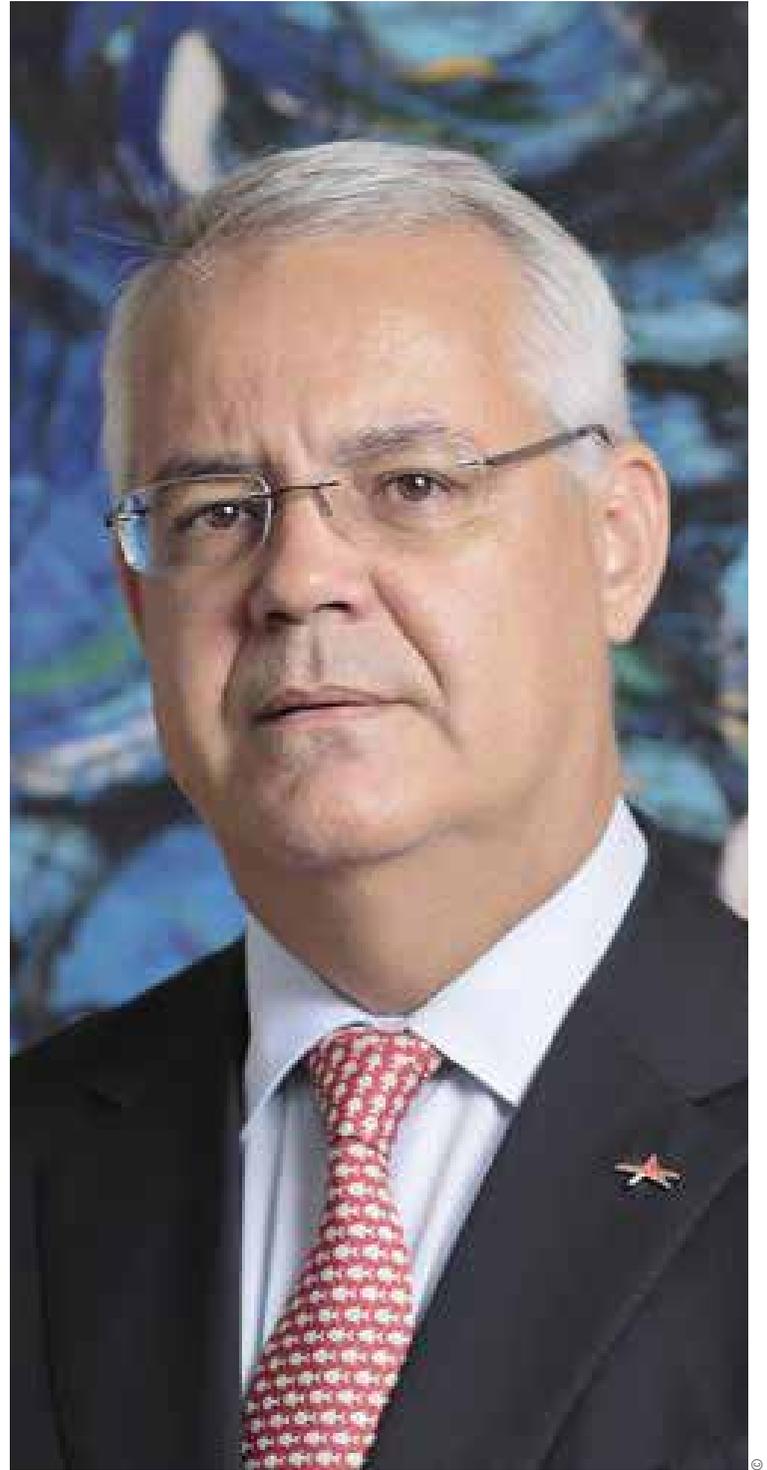
Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

Mercados & Negócios

CARLOS DUARTE, PCA DA ENSA

“Os impactos [da covid-19] no sector segurador são grandes e em diferentes sentidos”

SEGUROS. Faz um balanço do primeiro semestre da Ensa. E fala dos desafios impostos pela pandemia, salientando que “a necessidade de cobrir custos com o seguro de calamidade, face à pandemia, não se coloca em Angola”.



Por Fernando Francisco

O resultado líquido da Ensa cresceu 150% no primeiro semestre. O que explica esse desempenho?

O crescimento do resultado líquido é justificado pelo aumento do volume de prémios brutos, emitidos com relevância para os ramos de saúde, acidentes de trabalho e automóvel. Por outro lado, houve uma redução das despesas resultantes da renegociação dos contratos com fornecedores, da melhoria dos resultados dos investimentos financeiros e da recuperação de sinistros no resseguro.

Qual é a perspectiva do resultado líquido para o final do ano?

Analisando a prestação do primeiro semestre e a continuação da execução do nosso plano estratégico, iremos manter a mesma dinâmica de crescimento na segunda metade do ano. No entanto, devido ao cenário pandémico e à incerteza do mercado, há um risco associado de derrapagem face ao orçamento, que prevê um resultado positivo de mais de 4 mil milhões de kwanzas.

O aumento do volume de prémios, como referiu, sugere que a pandemia não impactou negativamente nos negócios da empresa?

Os impactos no sector segurador são grandes e em diferentes sentidos. O importante é avaliar esses

O desempenho do sector segurador não é afetado unicamente pelo nível de sinistralidade.

impactos e mitigá-los com diferentes estratégias, ramo a ramo de negócio. De entre as medidas, salientamos o lançamento de campanhas direccionadas, o investimento no canal digital e a nossa presença nas superfícies comerciais com a comer-

cialização do produto ‘Ensabaza’, já prevendo as restrições de movimentação das famílias.

Face à experiência da Ensa, pode dizer-se que as empresas que atribuem ao momento da pandemia eventuais resultados negativos não tiveram, na verdade, capacidade de se reinventar com estratégias adequadas?

Não necessariamente. Esta pandemia e as incertezas que dela advêm são novas para todos. Não sabemos, com precisão, quais as medidas estratégicas adoptadas pelas outras empresas, mas, tal como nós, certamente todas estão a trabalhar afinadamente para minimizar os impactos do cenário nos seus negócios, até aproveitando as

oportunidades que emergem daí. Há um lado positivo em todos os cenários de crise. Há desequilíbrios geradores de novas oportunidades. Nós estamos a tentar identificá-las.

Os números dão conta de uma redução da taxa de sinistralidade que passou de 44% para 33% no semestre em análise. O que mais concorreu para esta quebra?

Registámos um aumento do volume de prémios e uma diminuição nos sinistros, traduzindo-se na redução na taxa de sinistralidade. Por exemplo, o confinamento em Luanda fez baixar a circulação automóvel e, conseqüentemente, também os sinistros neste ramo. Mas também verificámos o mesmo efeito no ramo de saúde. Isto permitiu-nos

O BANCO NACIONAL DE ANGOLA informou nesta segunda-feira, por via de um instrutivo, que o limite máximo para depósito, em moedas metálicas é de cinco milhões de kwanzas e podem ser feitos uma vez por semana, pelas instituições financeiras.

uma maior margem de negociação de descontos e campanhas promocionais, aumentando assim a penetração nestes ramos.

Deste ponto de vista, o momento actual é positivo para a indústria?

Cremos que não. O desempenho do sector segurador não é aferido unicamente pelo nível de sinistralidade. Existem outros factores a ter em consideração, nomeadamente no lado da receita. Nota-se uma alteração do poder de compra das famílias e na contracção de determinadas actividades económicas que impactam directamente na capacidade de suporte dos prémios de seguro.

Registaram algum sinistro de grande proporção?

Felizmente, não registámos qualquer sinistro de relevância. Ou seja, pelo menos, até ao momento, não foram reportados sinistros dignos de relevo.

Algumas seguradoras internacionais apresentaram o momento como negativo pela necessidade de cobrirem custos com o seguro de calamidade, face à pandemia. É uma realidade que se coloca no mercado nacional?

É um momento desafiante para todos. Contudo, a necessidade de cobrir custos com o seguro de calamidade, face à pandemia, não se coloca, na medida em que o seguro saúde exclui as doenças pandémicas. O impacto é indirecto.

O custo de sinistros registou uma "ligeira diminuição de 1%". Em termos nominais, qual foi o valor?

Tivemos uma diminuição na ordem dos 169 milhões de kwanzas que constitui uma variação positiva, saindo dos 17,6 mil milhões de kwanzas, em Junho de 2019, para 17,5 mil milhões de kwanzas em Junho de 2020.

Como está a implementação das tarefas previstas no Plano Estratégico Ensa 2020-2022? O que já foi feito e de que forma alterou o dia-a-dia da empresa?

A taxa de implementação do Plano Estratégico está dentro do planeado. Promovemos o investimento no capital humano através de acções com foco na sua capacitação e motivação, como, por exemplo, as sessões de 'coaching' com objectivo de nos tornarmos mais dinâmicos; o processo de saneamento financeiro continua em marcha; o processo de privatização corre dentro dos prazos estipulados, tendo sido

recentemente nomeados os assessores financeiro e legal; iniciámos o processo de descontinuação das actividades que não fazem parte do 'core business' da empresa. Enfim, a implementação do plano estratégico está em velocidade de cruzeiro, com um atraso aqui e ali, que deriva do contexto pandémico que vivemos.

Como está o processo de retirada ou deslocação daquelas actividades que deixarão de ser parte do negócio da seguradora, tais como os serviços médicos, peritagens, imobiliária e outros?

Iniciámos negociações visando o estabelecimento de parcerias com entidades estratégicas com experiência nos respectivos sectores de actividade e esperamos ter mais novidades em breve. Estamos a olhar para a área clínica, a actividade imobiliária, peritagens e salvados e outras.

E quais destas áreas tem mais interesse para potenciais parcerias?

Existe um grande interesse por parte dos potenciais parceiros relativamente a todas estas áreas de negócio.

Quanto vale cada uma destas áreas no global dos negócios da Ensa?

Estas áreas são de grande valor, com maior perspectiva de crescimento se geridas por profissionais experientes nos respectivos sectores, destacando-se a área dos activos imobiliários. A decisão de deslocação da gestão destas áreas, em parceria com profissionais verdadeiramente especializados, resulta da necessidade de adequar a Ensa aos padrões internacionais, focando-se única e exclusivamente no seu 'core business', que, naturalmente, são os seguros e a gestão de fundos de pensões.

Os números distribuídos em relação ao primeiro semestre de 2020 não fazem referência às dívidas da empresa. Como está neste indicador?

As dívidas eram significativas com a agravante de haver discrepâncias entre os registos contabilísticos e a dívida reclamada por terceiros, tendo sido objecto, aliás, de uma reserva do auditor em 2019. Portanto, estamos a realizar trabalhos de circularização e certificação dessa dívida e, à medida que é regularizada, os indicadores têm melhorado significativamente. Estamos a falar de um universo de dívidas de clientes, fornecedores, resseguradores, etc. É um trabalho recorrente que irá manter-se nos próximos meses.

POR CAUSA DA COVID-19

Empresas mineiras com seis meses sem vendas

DIAMANTES. Perante o dilema de continuidade ou não da produção, Endiama optou pela produção. De Janeiro a Setembro, foram produzidos 5,9 milhões de quilates, dos quais três milhões não foram negociados

Por Isabel Dinis

As empresas mineiras nacionais ficaram cerca de seis meses, entre Abril e Setembro, sem quaisquer operações de compra e venda de diamantes da Bélgica e da Índia, onde 90% da produção angolana é lapidada, revelou o presidente do conselho de administração da Endiama, Ganga Júnior, durante um 'webinar' sobre o sector diamantífero.

Durante este período, as empresas foram obrigadas a ficar com elevadas quantidades de 'stocks' de diamantes. De Janeiro a Setembro, foram produzidos 5,9 milhões de quilates, dos quais três milhões de quilates não foram negociados. Nas últimas três semanas de Setembro, foram comercializados pouco mais de 1,4 milhões de quilates.

Ganga Júnior admitiu que, durante o tempo que ficaram sem vender, chegou a ser colocado o

"dilema" de continuarem as operações ou não, tendo a Endiama optado por manter as empresas em produção apesar de ter, por exemplo, parte dos trabalhadores expatriados no estrangeiro.

Para manter o fluxo de caixa, as empresas "socorreram-se" do mercado financeiro e de "alguns" empréstimos e negociações com compradores de diamantes que procederam a adiantamentos e financiamentos.

PREÇO EM OSCILAÇÕES

O preço médio por quilate em Janeiro deste ano era de 100 dólares, mas, em Março, caiu para 98,49. As vendas paralisaram em Abril, mas unidades como Catoca ainda arriscaram e venderam o quilate por 73,49 dólares em Maio.

Em Setembro e Outubro, quando foram retomadas as vendas, os preços estiveram nos 93 e 92 dólares respectivamente.

PERSPECTIVAS MUDADAS POR CAUSA DA COVID-19

A Endiama tinha previsto, para este

ano, atingir uma produção de pouco mais de 10 milhões de quilates de diamantes, superando os 9,8 milhões do ano passado. No entanto, as metas mudaram por causa da pandemia que obrigou a que algumas minas estivessem a trabalhar apenas com cerca de 20% da capacidade. Para este ano, a empresa pretende produzir até 8,6 milhões de quilates. Até este mês, já foram produzidos seis milhões de quilates.

REGRESSO DO 'GIGANTE' DE BEERS

A Endiama está a negociar com as diamantíferas mundiais De Beers e Rio Tinto, com conversações, de acordo com Ganga Júnior, em "fase avançada". "Com a De Beers, os contactos estão em curso e de forma permanente", assegura o PCA da Endiama.

Já com a diamantífera Rio Tinto, as negociações "estão na fase final", para que esta empresa possa trabalhar num kimberlito próximo de Saurimo. A Endiama também tem mantido contactos com a diamantífera sul-africana Petra.



DE JURE

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (OGE) DE 2021

Discussões sobre proposta marcada para 17 deste mês

PLENÁRIA. À votação final global vai igualmente Proposta de Lei que altera o Regime Jurídico da Identificação Civil e Emissão do Bilhete de Identidade de Cidadão Nacional, bem como Propostas de Lei da Simplificação do Registo do Nascimento e de Sanidade Vegetal.

Por Redacção

A Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2021 vai à discussão e votação, na generalidade, no Parlamento a 17 do mês em curso.

A decisão saiu da reunião da sexta-feira, 6, dos presidentes dos grupos parlamentares da Assembleia Nacional (AN), num encontro que visou preparar a I Reunião Plenária Ordinária da IV Legislatura.

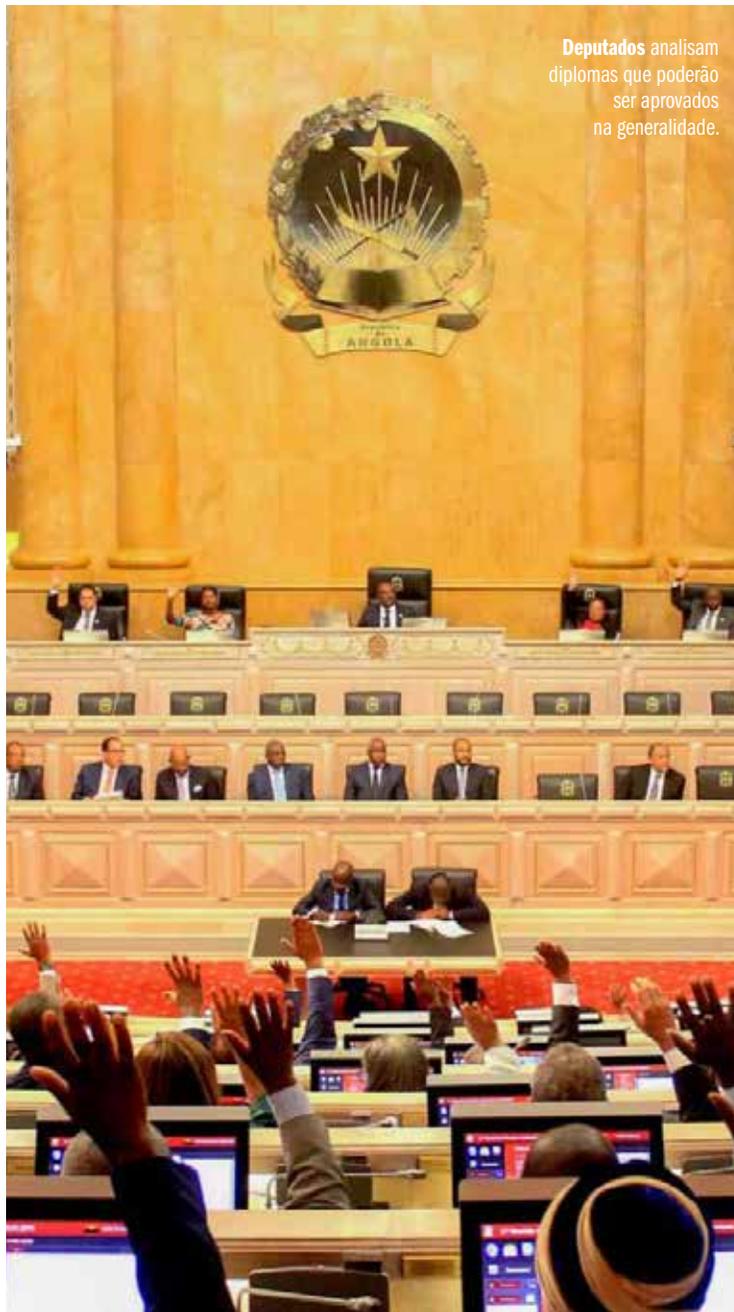
A reunião, orientada pelo presidente da AN, Fernando da Pie-

dade Dias dos Santos, marcou, para 19 deste mês, a apreciação e votação do relatório de balanço de execução do II, III e IV trimestres do OGE do ano em curso.

À votação final global vai igualmente a Proposta de Lei que altera o Regime Jurídico da Identificação Civil e Emissão do Bilhete de Identidade de Cidadão Nacional.

Ainda para o mesmo dia, está também agendada a votação final global do diploma que altera a Lei da Simplificação do Registo do Nascimento, bem como da Proposta de Lei de Sanidade Vegetal.

Para o presidente do grupo parlamentar do MPLA, Américo Cunonoca, a Proposta do OGE para o exercício económico de 2021 é “fundamental” para a execução financeira para 2021.



Deputados analisam diplomas que poderão ser aprovados na generalidade.

MEMORIZE

● **Deputados analisam,** nesta terça-feira, proposta do Orçamento Geral do Estado que foi aprovada na semana passada pelo Conselho de Ministros.

Para o vice-presidente do grupo parlamentar da Unita, Maurílio Luiele, é importante o debate de algumas matérias já tratadas a nível das comissões, fundamentalmente, sobre a substituição de um comissário na Comissão Nacional Eleitoral e de um conselheiro na Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana (Erca).

Do lado do PRS, o presidente

do grupo parlamentar, Benedito Daniel, defende uma maior discussão sobre questões que considera “crónicas” relacionadas com “a saúde, habitação, educação e emprego”.

Para Benedito Daniel, o OGE para 2021 deveria considerar esses factores como prioridades.

Lucas Ngonda, presidente da FNLA, defende prioridade ao sector da saúde, principalmente pela fase que o país vive, caracterizado pela progressão da pandemia da covid-19.

Já o presidente do grupo parlamentar da Casa-CE, Alexandre Sebastião André, entende ser um período em que todos os trabalhos têm de ser levados a cabo, a julgar pela aproximação do ano de 2022, em que o país realizará as eleições gerais.

EM MOÇAMBIQUE

Acusação contra ex-ministro das Finanças

O Ministério Público (MP) de Moçambique remeteu uma acusação contra o antigo ministro das Finanças, Manuel Chang, e três antigos funcionários do Banco de Moçambique (BM), esta segunda-feira, ao Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, na sequência do esclarecimento dos processos sobre ‘as dívidas ocultas’. O MP absteve-se, entretanto, de acusar dois arguidos.

No despacho da acusação, Manuel Chang é indiciado pelo Ministério Público de prática dos crimes de violação da legalidade orçamental, corrupção passiva para acto ilícito, abuso de cargo ou função, associação para delinquir, peculato e branqueamento de capitais. Já sobre os três antigos funcionários do BM, cuja identidade não é revelada, são acusados do crime de abuso de cargo ou função.

Moçambique aguarda ainda pela decisão do governo sul-africano sobre a extradição de Chang, detido naquele país desde 2018. O MP moçambicano refere que a conclusão da instrução preparatória deste processo resulta da colaboração de países como a África do Sul, Estados Unidos, Reino Unido, Emirados Árabes Unidos, Líbano, entre outros.



LIDERANÇA

Como gerir a derrota

RESILIÊNCIA. Donald Trump foi derrotado nas eleições presidenciais pelo voto via correio e recusa-se a reconhecer a vitória de Joe Biden. Todos os líderes políticos e empresariais superaram ou vão ter de superar derrotas maiores ou mais pequenas. É preciso saber gerir as derrotas.



1 *Aprenda com a lição – Reflita sobre o que levou à derrota e corrija para que não se repita. Esse aprendizado é a oportunidade escondida na derrota que o vai pôr no caminho da vitória, use-a.*

2 *Limite o tempo que dedica a sofrer pela derrota – Quanto mais tempo demorar a aceitar a derrota e a geri-la de modo a ultrapassar mais a derrota se prolonga. Foco no que está à frente depois de aprender a devida lição.*

3 *Diga não ao medo – Meça a sua próxima empreitada com o aprendizado que fez, mas sem medos. Oiça o seu instinto, tome decisões acertadas, mas vá em frente. O maior inimigo da derrota é a persistência. Foque-se no seu objectivo e persista o tempo que for preciso que a vitória virá com trabalho.*

4 *Oiça os mais velhos – Ou mais experientes... seja um eterno estudante e procure aprender não só com a sua experiência, mas com as dos outros. Ouvir quem passou por derrotas vai ajudar a pôr em perspectiva a sua própria derrota e é prova de humildade mais do que sinal de fraqueza.*

5 *Ajude outrem – Tire o foco da sua derrota e concentre a sua atenção em ajudar outra pessoa. Seja mentor, activo na sua comunidade, arregace as mangas e contribua.*

6 *Chore se for preciso – Faça o luto do que perdeu se necessário é importante para sarar feridas. Ligue a um amigo, o ser humano é social, tire tempo para alimentar as suas amizades verdadeiras sempre e quando precisar recorra a um ombro fiel e à família.*

7 *Assuma a derrota – Não procure culpados externos pela derrota do que está à sua responsabilidade. Você tem o controle, use-o para absorver o choque, aprender e ultrapassar a derrota.*

8 *Procure a oportunidade na derrota - Lembre-se da 'lição Post-it' que falhou na tentativa de criar um adesivo super-forte, mas que nesse falhanço criou um produto que vale milhões. Muitas das melhores ideias de negócio nasceram de rotundos falhanços.*

9 *Evite boias – Aceitar ajuda é normal, mas não faça ninguém de muleta é importante manter o discernimento e a capacidade de reacção, que perderá se ficar apoiado noutras pessoas muito tempo. Pese e agradeça as ajudas, mas na medida do possível erga-se pelo seu pé.*

10 *Tenha fé em si mesmo – A confiança em si próprio é instrumental. Se a derrota se deveu a um erro seu, corrija-o, melhore-se e arregace as mangas para trabalhar e chegar onde quer estar.*

(In)formalizando

COVID-19 AUMENTA PREÇOS DAS VIAGENS INTER-PROVINCIAIS

Sair de Luanda sem testes custa entre 5 e 15 mil kz

CORRUPÇÃO. Cerca sanitária exige viagens com testes, mas os passageiros arranjam forma de sair de Luanda, pagando bilhetes mais caros, algumas vezes com os preços a triplicar. Motoristas justificam com os custos não só por causa da covid-19, mas também para 'contornar' obstáculos.



Por Guilherme Francisco

A pesar de Luanda estar sob cerca sanitária devido ao aumento vertiginoso de casos positivos de covid-19, centenas de pessoas têm conseguido diariamente sair da capital sem efectuar qualquer teste.

A cerca imposta restringe a circulação de pessoas para outras zonas do país, excepto nos casos em que é apresentado um resultado negativo do teste nos controlos fronteiriços.

Uma ronda do VALOR, em diversas paragens, permitiu inteirar-se do negócio. Ao preço do bilhete de passagem é acrescido um valor entre os 5 e 15 mil kwanzas, este último nas pequenas empresas de viagens inter-provinciais.

Em Viana, na paragem conhecida como 'Tio Show', viaturas ligeiras e pesadas, algumas com cargas, com destinos ao Norte e ao Sul, perfilam-se em busca de clientes. A negociação inicial é feita pelos jovens lotadores que abordam os potenciais clientes com perguntas relacionadas com a zona de destino e

se têm em mão o teste. Na eventualidade de não o ter, anunciam que ao bilhete é acrescido mais cinco mil kwanzas.

A viagem para Malanje custa 20 mil, com o teste, enquanto na falta deste custa 25 mil kwanzas. Para quem deseja chegar ao Huambo sem o teste, pode pagar à volta dos 35 mil. A negociação é feita em plena via pública sem qualquer receio de um eventual surgimento de agentes da Polícia.

O mesmo cenário pode ser visto na paragem 'informal'. Além desta, mas a escassos metros, há o chamado 'Parque', um quintal onde também param viaturas à espera de clientes para as mesmas províncias. Aqui, a negociação é feita numa sala administrativa e a viagem, para quem não tem o teste, fica ainda mais cara. É exigido acrescentar 15 mil kwanzas ao bilhete, independentemente da região a que se pretende chegar.

Por exemplo, a passagem para Malanje, que custa 20 mil, é cobrada a 35 mil kwanzas. Já para



DEZ PROJECTOS estão seleccionados para o final do concurso de melhor 'Startups do Turismo em Angola', a realizar-se a 27 deste mês, em Luanda.



25

Mil kwanzas é o preço cobrado para viajar para Malanje com apresentação de teste.

a Huíla, o preço 'salta' dos 43 mil para os 58 mil. O mesmo esquema é utilizado pelos motoristas da zona adjacente ao mercado dos Kwanzas, no Cazenga. Cobram 25 mil para quem, sem teste, pretenda chegar a Mbanza Congo.

Para justificarem os preços praticados, quando um cliente tenta negociar a redução, os motoristas explicam que conhecem o aperto da fiscalização no posto de controlo do Nzenza do Itombe, que conta com a presença de agentes da Inspecção-Geral da Administração do Estado (Igae). Mas asseguram o prosseguimento do trânsito sem constrangimentos, garantido que "têm pessoas de confiança, muitas pertencentes à PN e ao SIC, que devem ser bem recompensadas".

Ao contrário, quem faz a rota Luanda-Uíge não arrisca a enveredar pela tal prática por considerarem a fiscalização no controlo da província "bastante rigorosa".

Na maioria dos casos, os motoristas ligam aos facilitadores, dando a conhecer que estão a caminho. Retornam a ligar quando se aproximam do controlo. Em clara demonstração de desrespeito ao Decreto Presidencial que prorroga a situação

6

Mil kwanzas é o valor mais baixo do teste de covid-19 para quem deseja saber do seu estado serológico ou viajar no interior ou para o exterior do país.

58

Mil kwanzas é o que custa a viagem para a Huíla sem o teste de covid-19.

MEMORIZE

● **Preços triplicam** o preço dos bilhetes praticados está mais caro do que no período anterior à pandemia. Para Malanje, houve um aumento de 300%, passou dos cinco mil para os 20 mil kwanzas. Para o Uíge, teve um aumento de 212,50%. Custava oito mil kwanzas, agora está a 25 mil. Os automobilistas justificam a galopante subida de preços com os elevados custos de manutenção da viatura e com a pandemia da covid-19.

de calamidade pública. Segundo depoimentos de passageiros, optam pelo pagamento devido à morosidade na entrega dos resultados dos testes.

Em Outubro, o Governo fixou o preço dos testes de covid-19 entre os seis e os 75 mil kwanzas para quem, por iniciativa própria, deseja saber do seu estado serológico ou viajar no interior ou para o exterior do país.

TRANSPORTADORA FORA DA CORRIDA

A transportadora Macon, uma das que mais meios tem à disposição nas rotas inter-provinciais, optou por não ligar à capital e outras localidades por conta dos elevados custos, pouco rendimento com a redução a 75% da capacidade bem como os constrangimentos enfrentados para se efectuar o teste. Segundo a área comercial da transportadora, a experiência com os passageiros, obrigados a apresentar teste que desembarcam até ao rio Longa, não é das melhores. Às vezes, chega a transportar apenas 15 passageiros quando a capacidade autorizada por decreto permite preencher 25 lugares.

POLÍCIA PROMETE INVESTIGAR

Segundo o porta-voz da Comissão Multisectorial de Prevenção contra a covid-19, Waldemar José, foram espoletadas investigações para apurar as denúncias, todavia, até ao momento, não foi flagrado o envolvimento de qualquer agente do Ministério do Interior no esquema de corrupção nas fronteiras. No entanto, garante que investigações prosseguem e, caso existam agentes da PN e do SIC envolvidos, aconselha a abdicarem da prática "sob pena de sofrerem sanção disciplinar e serem responsabilizados criminalmente." Por outro lado, explica que não foi formalizada qualquer queixa diante da instituição. Por isso, apela aos cidadãos a denunciarem tais práticas nas esquadras mais próximas e a gravarem áudio ou vídeo diante de actos desta natureza.



Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:
 assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
 Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
 Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Opiniões

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Há vida para além das privatizações?



Teresa Saraiva,
Senior Manager,
Mergers &
Acquisitions,
Strategy
and Transactions
Services

Este ano ficará para sempre marcado pela eclosão da pandemia covid-19 e pela forma como impactou o mundo. Todos os setores de atividade foram afetados, positiva ou negativamente, e atualmente vivem-se momentos de incerteza.

O mercado das fusões e aquisições a nível global não foi exceção, tendo-se verificado um impacto negativo relevante: uma quebra, no primeiro semestre, em volume, de 32% e, em valor, de 53% (\$902 b. vs. \$1.908 b.), quando comparado com o mesmo período de 2019. A região da África subsaariana também acompanhou esta tendência com menos 24% das transações no

primeiro semestre de 2020 e com menor valor (-56%) face a igual período de 2019.

Contudo, Angola tem-se destacado no panorama mundial de transações de empresas. Num período em que se verificava uma quebra mundial, Angola está em contramão com um mercado de transações animado. O programa de privatizações tem contribuído para este dinamismo, com 23 privatizações já concluídas e uma expectativa que este número ainda cresça até ao final do ano.

E o que acontecerá depois do programa? Haverá vida no mercado de transações?

Sim! Antes do programa já havia diversas transações no mercado e não podemos ter uma expectativa diferente para o futuro. O programa de privatizações colocou novos investidores em todo o mundo a olhar para a economia Angolana. Hoje, estes investidores conhecem melhor o mercado, a sua dinâmica e estão mais preparados para aqui investir. Esta realidade, associada à retoma global das transações que já se faz sentir a

nível global nesta segunda metade do ano, irá levar a um crescimento significativo do mercado de transações relevantes nas empresas locais.

Do ponto de vista dos investidores, estes estão cada vez mais atentos a sectores com boas perspectivas futuras, independentemente do impacto atual da pandemia. Do lado das empresas, os empresários procuram contornar as dificuldades actuais e estão mais disponíveis para receber investidores com capacidade técnica e financeira para os ajudar a crescer, a otimizar processos e a diversificar produtos e geografias para saírem mais fortes desta crise.

Hoje sabemos que os vencedores não são necessariamente os mais fortes, mas aqueles que melhor e mais rápido se adaptam. Angola, no que se refere a transações, está agora no centro das atenções de vários investidores nacionais internacionais e irá, com certeza, sair deste período com empresas mais robustas e preparadas para este futuro incerto que a todos nos espera.

“ A peculiaridade da actual situação norte-americana é que Trump já está sob investigação por possíveis crimes não relacionados com o seu governo. ”

Verdade e destrumpficação

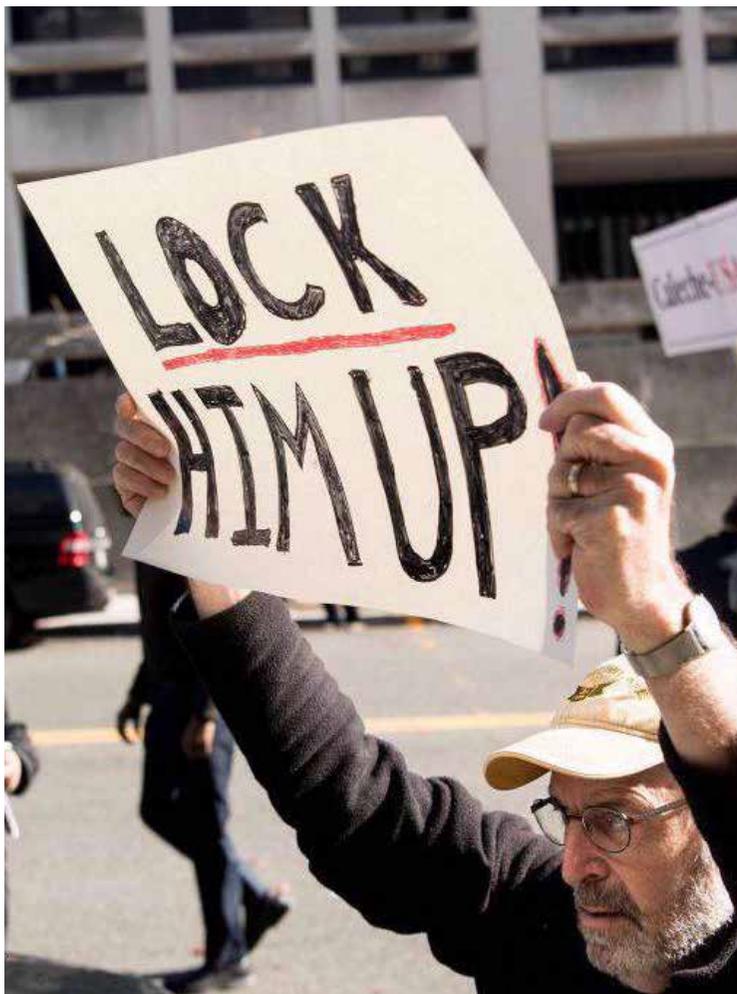


Jan-Werner Mueller, professor de Ciência Política na Universidade de Princeton

Entre os democratas e muitos republicanos, há uma tentação enorme de descartar o governo do presidente norte-americano, Donald Trump, como uma aberração. Do mesmo modo que os republicanos podem tentar culpar Trump pelas diversas transgressões dos últimos quatro anos, torcendo para o papel de facilitador que desempenharam seja esquecido, os democratas podem querer fazer 'tábua rasa' sobre o cumprimento das normas democráticas, graciosamente abstendo-se de contestar o passado. Neste caso, é improvável que Trump e o seu governo sejam responsabilizados pelo seu notório histórico de corrupção, crueldade e violações dos princípios básicos constitucionais.

Muito além dos cálculos políticos, diversos observadores – desde o ex-candidato democrata à presidência Andrew Yang a renomados juristas e historiadores – têm dito que só ditadores de republiquetas perseguem oponentes derrotados. Com motivações próprias bastante óbvias, o procurador-geral norte-americano, Bill Barr, também tem dito que os “vencedores políticos perseguem ritualmente os derrotados políticos não é o tipo de coisa de uma democracia madura”. No entanto, estas generalizações são um tanto precipitadas. O 'slogan' de 'prendamela' de Trump, dirigido a Hillary Clinton em 2016, não devia ter como resposta “prendam-no”; No entanto, “perdoar e esquecer” não é a única alternativa.

Os norte-americanos precisam de distinguir entre três proble-



mas: os crimes que Trump pode ter cometido antes de assumir a presidência; a corrupção e crueldade cometidas por ele e os seus compadres quando ocupou o cargo; e o comportamento que tem exposto fraquezas estruturais dentro do sistema político dos EUA. Cada um exige uma resposta diferente.

Historicamente, as transições de vários outros países do autoritarismo – ou o regresso de uma degradação democrática – foram marcadas por uma disposição de deixar impunes os antigos donos do poder. Como observa a cientista política Erica Frantz, 59% dos líderes autoritários afastados do poder simplesmente “avançaram com as suas vidas normalmente”. Mesmo assim, nos casos em que democracias novas ou restauradas não processaram as autoridades anteriores, geralmente estabeleceram comissões da verdade, oferecendo

amnistia em troca de informações verosímeis e confissões dos autores dos crimes. Esta abordagem ficou célebre na África do Sul pós-apartheid.

A peculiaridade da actual situação norte-americana é que Trump já está sob investigação por possíveis crimes não relacionados com o seu governo. Tanto o promotor público de Manhattan quanto o advogado-geral de Nova Iorque investigam a Trump Organization por vários tipos de fraude. Embora aparentemente apolíticas, as práticas de negócios de Trump anteciparam – e ofuscaram – o favorecimento descarado e a corrupção do seu governo. Mesmo que ele não consiga transformar os EUA num Estado mafioso nos moldes da Hungria de Viktor Orbán, este não é, nem de longe, o principal problema.

Além disso, se as investigações na Trump Organization fos-

sem simplesmente descartadas, perante a saída dele da presidência, a acusação de que eram apenas armadilhas políticas pareceria justificada, especialmente levando-se em conta que as autoridades judiciais são democratas. Por outro lado, se as investigações resultassem na prisão de um ex-presidente, é possível que os apoiantes armados de Trump decidissem fazer justiça com as próprias mãos; no mínimo, as divisões políticas do país se aprofundariam ainda mais.

Tendo estes riscos em mente, em princípio, não há motivo para que uma liderança política não possa ser punida de modo adequado por um crime que cometeu. Muitos líderes têm sido e alguns até voltaram à vida política. O ex-primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi foi forçado a prestar serviço comunitário após uma condenação por fraude tributária (a idade valeu-lhe uma sentença mais branda). Hoje, está no Parlamento europeu, o que dificulta para qualquer um dizer que os juizes liberais só queriam silenciar o 'Cavaliere'. Porém, o ponto de cumprir a lei foi dar um recado claro de que a estratégia de Berlusconi de entrar na política para ter imunidade e desviar o foco dos seus negócios duvidosos não se tornaria um precedente.

Há ainda a questão do próprio histórico de Trump no cargo. Pode-se encontrar diversas políticas profundamente questionáveis, mas seria um erro abandonar o que o presidente Thomas Jefferson, ao suceder ao seu arqui-rival John Adams em 1801, chamou de “segurança com a qual erros de opinião podem ser tolerados onde a razão for livre para combatê-los”.

Não se pode dizer o mesmo sobre a corrupção e crueldade sistemática que o governo Trump exibiu em resposta à crise da covid-19 e ao separar pais e filhos na fronteira. Como sugeriu Mark Tushnet, professor de direito de Harvard, uma comissão de inquérito deveria ser criada para investigar políticas e actos que “foram além da

incompetência e rumo ao território da malevolência motivada”. É crucial que estabeleçamos um registo apropriado destes eventos, talvez oferecendo leniência em troca de relatos sinceros. Estes poderiam ajudar-nos a pensar em reformas estruturais, tornando no mínimo menos prováveis a corrupção em troca de favores e de abusos de direitos humanos.

Finalmente, Trump rompeu diversas regras presidenciais informais, das relativamente banais – como ofender pessoas no Twitter – às sérias: esconder as declarações de imposto de renda. Como muitos juristas norte-americanos têm defendido, uma resposta prudente seria criar uma comissão à parte para estudar as vulnerabilidades estruturais da presidência. Tal investigação pode identificar que muitas regras informais – da transparência financeira às relações com o Departamento de Justiça – devem ser formalizadas. Não haveria nada de vingativo nesta abordagem particular. Após o episódio de Watergate, o Congresso implementou diversas leis éticas importantes, que os dois partidos aceitaram.

Esta abordagem tripla não precisa de desviar o foco das tarefas de governação mais urgentes. Embora talvez seja necessário gastar algum capital político, os custos da inércia ou de 'seguir em frente' de modo descontraído poderiam ser ainda maiores, como, sem dúvida, aconteceu após o perdão concedido por Gerald Ford a Richard Nixon (que jamais admitiu qualquer culpa), e a leniência demonstrada após o escândalo Irão-Contras e o vasto uso de tortura pelo governo George W. Bush na campanha de 'guerra global contra o terror'.

Sem dúvida, vários republicanos podem lutar com unhas e dentes contra os esforços para estabelecer a verdade. Porém, outros poderiam tirar proveito de uma comissão pública focada em melhorar as instituições norte-americanas para se distanciar de Trump.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

As eleições americanas continuam por lá, uma semana depois, a fazer os africanos sentirem-se melhor com os seus próprios vergonhosos processos eleitorais. Tem direito às acusações de fraude, de contagem de urnas falsas, a batalhas campais nas ruas, a presidente a dizer que não perdeu por isso vai impugnar os resultados, enfim, com direito a todos os condimentos de vergonha que caracterizam as eleições nos países mais atrasados de África. O democrata Joe Biden, apesar do que diz Donald Trump, que queria que parassem a contagem dos votos enquanto estava à frente, é o novo presidente dos EUA e essa mudança significa em primeira instância que os EUA vão voltar a ser levados a sério na arena internacional. Nunca a posição de hegemonia mundial da América esteve tão em causa quanto durante estes quatro anos de trumpismos, de divisionismos de polarizações, da construção de muros em vez de pontes. Não é por acaso que Trump era o favorito do presidente russo, nunca os EUA estiveram tão fragilizados a nível mundial. E ver acabar o reality show em que Trump transformou a presidência com o seu 'oneman show' vai fazer uma certa falta, como quando acaba uma novela que gostamos todos de seguir. O que é pertinente é questionar qual será a abordagem política da nova administração americana quanto às relações com África, mais, com Angola e o seu governo MPLA que com quase meio século de governo já viu passar OITO presidentes americanos.

Mas se há coisa que não deve passar despercebida é o papel da comu-



nicação social na novela Trump. Nunca um presidente americano enfrentou tamanha diabolização pelos media local e na semana passada chegaram mesmo a censurar o seu discurso dizendo que estava a mentir. Impensável e pior do que isso, extremamente parcial. Por horrível que seja tem direito a falar porque recebeu os votos de 70 milhões de americanos. A parcialidade nos media, seja contra Trump ou contra seja quem for, é sempre sempre perigosa. Nos media, na justiça e nas outras instituições de Estado a parcialidade é perigosa. A parcialidade enfraquece as instituições, acaba-lhes com a credibilidade e torna-las passíveis de serem usadas por qualquer homem que se lhes queira sobrepor, e os homens mais fortes que as instituições são uma tragédia para as democracias que é o que vemos regularmente em África. A dos EUA é uma democracia com instituições de Estado suficientemente fortes, mas aqui as nossas

africanas evidentemente não são, e vemos provas disso todos os dias. Vemo-las nas tentativas de manipulação da opinião pública, algumas primárias como é a entrega do palco a tudo quanto visa desacreditar qualquer oposição ou crítica ao homem forte, vemo-las na 'inauguração' hoje de activos apreendidos ontem sem que um tribunal processasse a apreensão.

O tema de capa do Valor Económico (VE) da semana passada que revelava um regresso da biblioteca milionária que havia sido riscada para acalmar as críticas generalizadas motivou a circulação de uma estranha tentativa de desmentir o jornal, mal gerida, bruta e desajeitada como aliás se vai tornando hábito. A informação que o VE pôs na capa não veio de fontes que possam ser desacreditadas, mas do Ministério das Finanças que publicou o documento online. Se o Ministério cometeu um erro, é normal, acontece e que o reconheça em vez de se ver o

exercício patético de se lançar nas redes sociais desmentidos que nada desmentem e que só tornam todos mais desconfiados das intenções de quem os faz.

E essa desconfiança generalizada é desgraçadamente extensiva cada vez mais aos números que o governo usa e divulga principalmente quando se vêm impedimentos a que os técnicos façam o seu trabalho livre de intervenções políticas.

O caso do Instituto Nacional de Estatística (INE) e também ele mal gerido, à bruta e desajeitadamente como se vai tornando norma, culminou com a exoneração do chefe do instituto e é mais um a somar aos que envergonham o país dentro e fora de portas principalmente porque o instituto nacional de estatística lida directamente com instituições internacionais. O problema não é a exoneração, o problema é que a exoneração acontece porque os números não interessavam ao governo publicar e de facto não foram publicados.

E esse interesse do governo sobre-põe-se a prazos de apresentação das estatísticas, a normas, enfim a tudo, porque mais importante do que radiografar a realidade é o governo aparecer bem na 'foto'. E agora pergunto eu, fazendo eco do que escreveu o economista Alves da Rocha, a informação estatística não interessa publicar a quem? Ao país não é, porque o país precisa de saber a quantas anda para saber para onde vai.

A quem pode incomodar números e estatísticas que espelham a realidade? Isto de ter chefes políticos a mandar nos técnicos é retrógrado e envergonha. Os números são os números não devem estar sujeitos a politiquices porque os políticos são passageiros, mas as instituições não, e é por isso que as instituições e as suas normas devem ser mais fortes. O que vão pensar as instituições como Banco Mundial ou a União Europeia que financiam estudos do INE, para que produza informação estatística se os políticos têm a prerrogativa de vir dizer "esses números fazem nos parecer mal - não saem?" Todos os países têm institutos de estatística que têm as suas normas, são uma ferramenta técnica e útil para saber como dirigir o que ajustar. Que frustração deve ser para os técnicos que venham os políticos invalidar trabalho que frequentemente nem sabem como fazer... E os políticos por aqui ditam tudo, ditam aos jornalistas como informar, aos economistas como projectar, aos juizes como julgar e à polícia como proteger o cidadão. Os interesses políticos sobrepõem-se e atropelam tudo.

E esperam depois os políticos que os investidores internacionais, que estão habituados a fazer cálculos com bases sólidas venham apostar num país em que tudo pode ser deturpado para fazer qualquer 'homem forte' fingir que está a fazer um bom trabalho? Fingir ser, acima de tentar ser, não vai mudar a realidade das empresas a definhar, da fome e da miséria que estão a aumentar... O governo precisa de orientar baterias para soluções para os problemas, em vez de passar tanto tempo a fingir que eles não existem. Na semana passada o governo anunciou a suspensão de regalias e subsídios a titulares de cargos políticos. Liderar por exemplo. O caminho é por aí, políticas concretas com objectivos de redução de despesas supérfluas ao máximo em vez de estarmos a fingir que está tudo bem, lindo sobre rodas e com isso a estupidificar instituições que o país precisa que sejam sérias.

“Uma maneira de evitar a destruição dessas unidades produtivas é a oportunidade de vender esses bens aprisionados através da Bodiva no mercado local dando a oportunidade a todos os cidadãos.”

Quanto vale a Sonangol



António Vieira,
ex-director da
Cobalt Angola

Com a conversa da covid-19, andamos todos distraídos e o tempo vai passando. Porém, não nos devemos esquecer de algumas promessas (compromissos?) feitas pelo governo do general João Lourenço. Faço referência ao processo de privatização das empresas de todos nós, em particular a Sonangol E.P. Sendo um processo limpo e transparente como o general João Lourenço prometeu que seria, é pertinente que os angolanos saibam por quanto irão vender a Sonangol. Ou, parte dela.

Assim sendo, importa saber quanto vale a Sonangol. Sim, quanto é que o Governo espera arrecadar para os seus cofres com o negócio da Sonangol?

A pouco mais de um ano desta transacção ser efectuada, o dono da empresa já deveria estar a preparar 'o pacote' de venda. Ao prepará-lo, é necessário que defina qual o montante que espera, o que, no caso da Sonangol, não parece ser tarefa fácil se tivermos em consideração os diferentes tipos de activos (assets) que a empresa tem no seu fausto portfólio.

Sendo o petróleo o foco do negócio da Sonangol, as reservas da companhia deverão ser o seu maior activo. Como tal, é preciso definir quais são as reservas da Sonangol. Números publicados em 2015-16 sugeriam que as reservas comprovadas de petróleo (provenoil reserves) de Angola rondariam os nove biliões de barris de petróleo. Esse número não incluía as reservas de gás, (cerca de 80 biliões de MCFs de gás).

A este número de reservas comprovadas, desenvolvidas e prontas a serem produzidas, tendo já os meios de produção instalados, existem cerca de seis biliões de barris de petróleo descoberto e em diferentes níveis de comprovação e certificação dessas reservas à espera de instalação dos meios de produção. Incluem-se, nestas reservas, as descobertas feitas nos blocos 20 e 21 entre 2013 e 2017. Somente estes



dois blocos adicionam às reservas de Angola cerca de três biliões de barris de petróleo e 12 biliões de MCFs de gás.

Essa diferença na classificação das reservas aponta para uma diferença no seu valor. Como tal, as reservas comprovadas e em condições de serem produzidas têm sido negociadas entre 8 e 10 dólares o barril. As reservas sujeitas à comprovação/certificação e a necessitarem de meios de produção têm sido negociadas entre 4 e 5 dólares o barril.

Adicionalmente, temos de olhar

para o valor do gás. As reservas comprovadas de gás têm sido negociadas entre 0,25 e 0,30 dólares por cada MCF. As reservas sujeitas à comprovação/certificação e a necessitarem de meios de produção têm sido negociadas entre os 0,10 e os 0,15 dólares por cada MCF.

Baseado nestes números indicativos, facilmente chegaremos à conclusão de que a Sonangol EP pode arrecadar para os cofres do Estado um montante entre os 117.20 (pessimista) e os 145.8 mil milhões de dólares (optimista). A tabela abaixo indica os valores usados:

Petróleo	Reservas	Mil Milhões	Mil Milhões
Reservas em produção	9 BBIs	72.00	90.00
Reservas por desenvolver	6 BBIs	24.00	30.00
Gás			
Reservas certificadas	80 BCF	20.00	24.00
Reservas por desenvolver	12 BCF	1.20	1.80
TOTAL		117.20	145.80

Resta agora saber se temos negociadores capazes de vender e reclamar dos potenciais compradores o preço certo. Essa é uma deficiência enorme junto dos quadros da Sonangol, sobretudo se olharmos para o preço de venda do interesse nos blocos 20 e 21, recentemente feita à Total. Será, portanto, uma questão de a concessionária ser capaz de se impor, tarefa difícil se tivermos em consideração este mercado em que o consumo internacional vai baixando graças às energias alternativas e à covid. Para além desse factor, há ainda a considerar a tremenda influência que certos actores da indústria exercem junto e sobre os quadros de direcção da Sonangol e da ANPG. Essa influência dos actores das multinacionais presentes em Angola é sobejamente conhecida, pois só assim se compreende o à-vontade com que sobrefacturam as despesas e sobem os custos de produção assassinando o retorno para o povo angolano.

Parte do dinheiro recolhido deverá reverter para pagar a dívida da Sonangol para com os operadores desses blocos o que irá diminuir a entrada do montante final. Entretanto, ainda existe a possibilidade de o Estado levar a tribunal internacional uma acção contra as operadoras multinacionais uma vez que o seu trabalho nos últimos 30 anos foi demasiado pernicioso e prejudicial para a economia nacional.

Portanto, quanto vale a Sonangol simplesmente em função das suas reservas? Todos os outros 'assets' que a Sonangol possui neste momento não estão aqui reflectidos, uma vez que acredito terem nessa ocasião sido vendidos em separado. Assim sendo, os angolanos na cadeira do poder têm a obrigação de trazer para os cofres do Estado entre 117 e 145 mil milhões de dólares americanos. E o povo angolano tem o direito de esperar que os seus representantes o tragam. E que nenhum dos negociadores receba quaisquer comissões.

Só assim, iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.

Sendo o petróleo o foco do negócio da Sonangol, as reservas da companhia deverão ser o seu maior activo. Como tal, é preciso definir quais são as reservas da Sonangol. Números publicados em 2015-16 sugeriam que as reservas comprovadas de petróleo (provenoil reserves) de Angola rondariam os nove biliões de barris de petróleo.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 233 Partilhas 150 Likes 1,2 mil

A edição 233 do Valor Económico chegou a mais de 70 mil internautas e na página do VE a capa mereceu mais de 15 mil interações entre comentários, partilhas e emoções dos internautas ao tema da dificuldade de substituir as importações, lembrada pelo empresário produtor de sal, Fernando Solinho, às alegações do empresário Bartolomeu Dias sobre a tomada de uma obra a favor da Omapatalo, mas principalmente ao regresso da 'Biblioteca milionária' ao OGE

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Victor Teixeira

Se não se importar vamos ser obrigados a consumir aquilo que nos querem impor. A maioria dos bens alimentares aqui produzidos são de qualidade duvidosa e o resto de baixa qualidade chinesa. Se bloquearmos as importações também nos vão lá fora bloquear as exportações EVIVA OS MONOPÓLIOS



Adelino Matias

Essa governação faz apanhar AVC, pensam com pés pá! Tanta gente a morrer de fome, por falta dos cuidados básicos; há um surto de sarna por consumo de água imprópria e essa gente pensa na construção de uma biblioteca milionária na cidade alta?



Isaac Costa

Jlo não está a conseguir atrair investimento germânico e nipônico porque ele vestiu o casaco pesado do JES.



Luís Kalenga Tchikwambi

Isaac Costa

com o sistema de justiça que temos, sistema bancário descontextualizado do sistema financeiro internacional, quem a arrisca a pôr aqui seus dólares, no mínimo não está bem de cabeça.



Seeverian Joseph

Isaac Costa

100% com o pensamento corrupto é impossível mano. Esses chefes africanos não aprendem jamais, mesmo copiando copiam mal.



Bonifacio Mendes Antonio Lu

Isso demonstra claramente a falta de comprometimento com a causa deste povo.



Divaldo Cruz

Com tanta gente a morrer de fome, gastam 5 milhões usd, para a biblioteca???



São Gamboa Marques

E já têm os livros para equipar a biblioteca ou serão comprados posteriormente com um outro orçamento???. Eu posso oferecer alguns se prometerem que os vão ler



Samuel Amaral

Pelo menos ele tem gosto pela leitura ... só falta a aprender a usar o próprio dinheiro para comprar livros.



António Mario Mandavela Lucas

A biblioteca foi tirada com pressão popular em um ano que o país esteve melhor e no pior ano volta a aparecer. Não é normal. É a prova que tem havido copy paste na elaboração dos OGE



Joao de Abreu

Mas esperavam o quê de JLO??



Evaristo Manuel Kapuca Kapuca

Assim quem reclamar vão lhe rotular de arruaceiro! Culpado de aumento de coronavírus em Angola.



Sekulu Chingututu Neto

A ser verdade o ti mimoso está a seguir a risca as pegadas do papoite kitumba...



Duval Cabral

Omatapalo é a nova Odebrecht



Domingos Conceição Teta Dembo

É óbvio a Omatapalo a nova coqueluxe dos guardiões do regime de um sistema recorrente de facilitismos, compadrios e anacrónico de exclusão dos empreiteiros honrados e íntegros também o cota Bartolomeu Dias já comeu muito e bem do tempo do Eduardismo são dos poucos granjeados do famoso copy past do black empowerment de Mandela que Jes/Mpla tentou exportar para realidade Angolana mas fracassou por ter escolhido a dedo os beneficiados apenas os do Cap/Mpla no BP e alguns forasteiros da família e muchachos do cultismo de personalidade ao líder promovido por alguns naturais em Angola

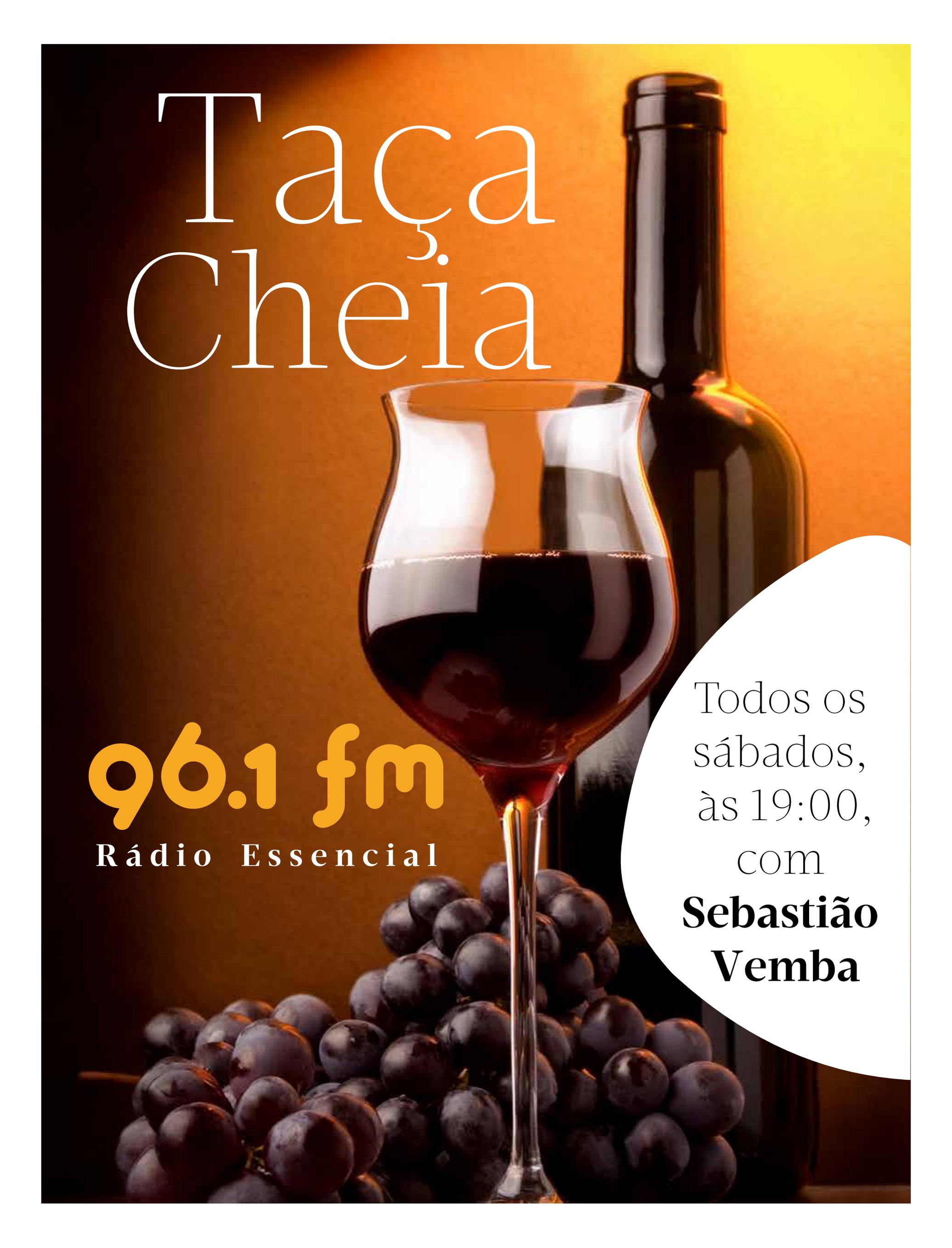
Para receber o seu VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Covid-19

PRODUÇÃO DIÁRIA

Brasil prevê produzir um milhão de vacinas

Uma nova fábrica do Instituto Butantan do Brasil prevê produzir, por dia, um milhão de doses da Coronavac, vacina contra a covid-19 a ser testada no Brasil, a partir do segundo trimestre de 2021. A informação foi avançada pelo secretário de Saúde de São Paulo a agência Lusa. “A nova fábrica [do Instituto Butantan] está sendo construída e ficará pronta em cinco meses. A construção será iniciada em Novembro até Março [de 2021] (...) Teremos uma fábrica de multi-propósito, que vai produzir

várias vacinas, entre elas a Coronavac, tendo a capacidade de produção de um milhão de doses de vacinas diariamente”, afirmou Jean Gorinchteyn.

O Instituto Butantan, um dos principais órgãos de pesquisa e fabricação de vacinas do Brasil, subordinado à Secretaria de Saúde do governo regional de São Paulo, participa, desde Julho, nos testes da Coronavac.

Este imunizante, ainda na Fase 3 de desenvolvimento, foi criado pelo laboratório chinês Sinovac. No Brasil o laboratório firmou uma parceria

com o Instituto Butantan, que incluiu testes em 13 mil voluntários, a compra de 60 milhões de doses e também a transferência da patente.

O medicamento, se conseguir comprovar cientificamente a sua eficácia e for aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), será distribuído no país sul-americano antes de a nova fábrica do Instituto Butantan iniciar as suas actividades, com o governo de São Paulo a esperar receber 46 milhões de doses da Coronavac até ao final deste ano, da China.



E VAI PEDIR USO EM EMERGÊNCIAS

Farmacêutica anuncia eficácia de 90% da vacina

A farmacêutica Pfizer revelou que dados provisórios sobre a vacina contra o novo coronavírus indicam que pode ser eficaz em 90% dos casos e que, este mês, pedirá o uso em situações de emergência nos Estados Unidos.

“Estamos numa posição potencialmente capaz de oferecer alguma esperança”, disse à Associated Press (AP) Bill Gruber, vice-presidente de desenvolvimento clínico da Pfizer.

As autoridades enfatizaram que é improvável que qualquer vacina chegue antes do final do ano e que, quando chegar,

os fornecimentos iniciais serão relacionados.

A vacina que está a ser desenvolvida pela Pfizer e pela sua parceira alemã BioNTech está entre 10 possíveis vacinas candidatas em fase final de testes em todo o mundo, quatro das quais até agora em grandes estudos nos Estados Unidos.

Outra farmacêutica americana, a Moderna, também revelou que espera poder entrar com um pedido na Food and Drug Administration (FDA), o regulador dos medicamentos nos Estados Unidos, ainda este mês.



POR CAUSA DAS RESTRIÇÕES

Protestos na Alemanha

Milhares de pessoas manifestaram-se no sábado passado no centro de Leipzig contra as restrições impostas pelo governo alemão para diminuir a propagação do novo coronavírus, depois de o tribunal ter rejeitado a tentativa de alterar o protesto

para outro local.

O porta-voz da cidade Matthias Hasberg referiu à agência DPA, que é “difícil explicar como é que apenas duas famílias se podem reunir, mas 16 mil pessoas têm permissão para se manifestar numa praça”.

Pelos cálculos da cidade, apenas cinco mil pessoas se puderam reunir na praça Augustusplatz, tendo de manter uma distância de 1,5 metros uns dos outros.

Os organizadores tentaram que a manifestação fosse



transferida para um local que pudesse levar mais gente, fora do centro.

Os manifestantes disseram que eram esperadas 16 mil pessoas, embora os números que referem quantas pessoas compareceram não estivessem disponíveis imediatamente.

O tribunal não divulgou as razões para a sua decisão. Durante a manifestação, os manifestantes exibiam bandeiras alemãs e disseram: “Pela verdade, justiça e liberdade”.

SETE MESES DEPOIS de a covid-19 ter sido declarada como pandemia pela OMS, a Direcção Geral de Saúde de Portugal fez esta segunda-feira uma actualização da definição de “caso de infeção por SARS-CoV-2”, atendendo ao conhecimento científico que foi adquirido.

SERIA O SEGUNDO

Sodiam suspende leilão de diamantes

O administrador Executivo da Sociedade de Comercialização de Diamantes (Sodiam), Fernando Amaral, anunciou a suspensão do leilão de diamantes, por causa da covid-19.

No primeiro leilão realizado em Janeiro de 2019, a Sodiam arrecadou 16,7 milhões de dólares norte-americanos como resultado da venda de sete pedras de diamantes brutos de grande quilate do projecto Lulo, com o peso de 43,25 a 114,94 quilates, em que participaram 31 empresas, no âmbito da implementação da Política de Comercialização de Diamantes, aprovada a 27 de Julho de 2018.

Entre as pedras, destacou-se uma com 46 quilates, denominada ‘pink’ ou pedra rosa. Em Dezembro do mesmo ano, no segundo leilão, a Sodiam arrecadou 27,85 milhões de dólares norte-americanos.

No evento em causa, foram leiloadas cinco pedras de diamantes brutos de grande quilate, no qual participaram 29 empresas de cinco países.

Segundo Fernando Amaral, a suspensão do leilão este ano prende-se pelo facto de a indústria mineira estar em desaceleração, afectando os níveis de produção das empresas do sector.



POR CAUSA DA PANDEMIA

Macau alivia algumas restrições fronteiriças

O governo de Macau anunciou novos alívios de entrada no território, estão englobados estudantes do ensino superior e trabalhadores não-residentes que podem regressar a Macau mediante algumas regras.

A partir de 1 de Dezembro e mediante requerimento aceite, os trabalhadores não-residentes estrangeiros que tenham estado na China continental nos últimos 14 dias à entrada em Macau, podem entrar no território, explicaram as autoridades em conferência de imprensa.

A entrada está dependente de um requerimento que pode começar hoje a ser pedido (09 de Novembro).

Esta medida engloba ainda cônjuge ou filhos de residentes de Macau, aqueles que obtiveram

uma autorização de residência, estudantes admitidos em escolas de ensino superior de Macau e aqueles que vêm para Macau para participar em importantes actividades empresariais, académicas ou profissionais.

Caso venham da China continental, e se o requerimento for aprovado, têm de mostrar apenas um teste de ácido nucleico negativo.

Desde meados de Março que os trabalhadores não-residentes estrangeiros, cuja autorização de permanência no território está dependente de um contrato de trabalho válido, estão barrados de entrar no território.

Macau perdeu 11.773 trabalhadores não-residentes em Setembro de 2020, comparativamente a igual mês do ano passado.

NOVAS MEDIDAS

Governo nega intenção de declarar estado de emergência

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, negou a intenção de declarar estado de emergência “em termos imediatos”.

O ministro de Estado reagiu a publicações postas a circular nas redes sociais, dando conta que estaria iminente o regresso ao estado de emergência, que vigorou em Angola entre 27 de Março e 25 de Maio. “Não há intenções de declarar estado de emergência na situação actual”, destacou Adão de Almeida, negando que o Presidente da República tenha desencadeado os procedimentos necessários, nomeadamente através da Assembleia Nacional.

Adão de Almeida realçou que o país continua em situação de calamidade pública e “tudo está a ser feito” para que não seja necessário voltar a declarar estado de emergência, uma situação que traz “prejuízos maiores para a vida da economia e dos cidadãos”.



PARA FEVEREIRO DE 2021

Feira regional de negócios adiada

A primeira Feira Regional de Negócios, inicialmente prevista para o período de 11 a 15 deste mês, está adiada para Fevereiro de 2021 dado o aumento de casos positivos de covid-19.

A feira é uma iniciativa do grupo Miamop, em parceria com a C. Calas Eventos e o Governo de Malanje.

Estava enquadrada no âmbito das comemorações dos 45 anos de Independência Nacional, a assinalar-se a 11 de Novembro. Segundo o director comercial do grupo Miamop, Gerson Gonçalves, à Angop, ponderou-se por remarcar a data do evento, de modo a evitar qualquer cenário de propagação do vírus.

A nova data vai, entretanto, coincidir com os festejos do 89.º aniversário da cidade de Malanje, a assinalar-se a 13 de Fevereiro de 2021.

A I edição da Feira Regional de Negócios visa apresentar as potencialidades das empresas que operam na região e proporcionar um ambiente para o estabelecimento de parcerias entre as empresas e potenciais clientes e parceiros.

A feira tem previsão de reunir mais de 150 expositores de Malanje, Uíge e Kwanza-Norte.

Marcas & Estilos



Garantia vitalícia

Esta almofada é feita à mão por artesãos talentosos, com linho e camurça super-macios, dois materiais naturais que vão fazer com que dure a vida toda. Todas as peças Modoun têm garantia vitalícia.



Delicadeza e preciosidade

Sinta a energia cósmica surgindo deste colar etéreo da YGG, uma estrela cintilante sobre uma lua crescente e esguia com orbes celestes saindo do outro lado. Brilhe para todos com esta peça delicada de ouro incrustado com pedras preciosas.

AUTOMÓVEL

Poder e excelência

A marca saiu claramente do paradigma de SUV. E a prova disso é o Quoris, um turismo topo de gama, que o coloca em concorrência directa com os mais poderosos carros do mundo. Este modelo da Kia apresenta um generoso V6 de 3.8 litros, de 294 cavalos de potência, combinado com um sistema de transmissão automática de oito velocidades. Não poupa esforços e tem excelentes opções mecânicas e suspensão electrónica a ar. Além do 'display' no pára-brisas, a tela é de 12,4 polegadas, o ar condicionado digital de três zonas, rebatimentos eléctricos nos retrovisores e bancos com aquecimento.

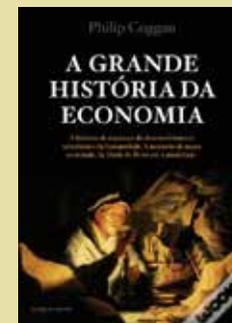


TURISMO

Capital do chocolate e da cerveja

Considerada a capital da Europa por ser a sede da União Europeia, Bruxelas, é uma cidade pequena, mas que desperta a curiosidade de quem por lá visita. É conhecida pelo seu 'triângulo mágico' formado por cervejas, chocolates e artes plásticas. A sua 'torre Eiffel' é uma molécula gigante, o Atomium, e a 'estátua da Liberdade', o Manneken Pis, um menino a urinar. Como as grandes capitais europeias, Bruxelas não fica de fora quando o assunto é local para fazer comprar, conhecer a gastronomia local e ainda divertir-se. Com cerca de dois mil restaurantes, a cidade oferece diversas alternativas para se comer bem. A culinária belga junta pratos dos mais simples aos mais refinados. Com grande influência da cozinha francesa, na Bélgica come-se muito frutos-do-mar. O prato tradicional é o Moules Frites (mariscos com batatas fritas).

LIVROS



NESTA OBRA FUNDAMENTAL, o autor explica como as mudanças na agricultura, finanças, tecnologia, trabalho e demografia impulsionaram o progresso da civilização humana.



SEGUNDO A AUTORA, o mercado livre, o capitalismo competitivo está morto. A separação entre política e economia não poderá continuar a ser defendida.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 20 DE NOVEMBRO
O fotógrafo angolano Mauro Sérgio inaugura, a exposição 'CaDespedida', na Galeria Tamar Golan às 18 horas. A mostra vai ficar disponível até dia 20 de Novembro e poderá ser visitada de segunda a Sexta-feira entre as 9 e 17 horas.

13 E 14 DE NOVEMBRO
Feira de Empreendedor 2020, nas instalações da fábrica de sabão, no Bairro São João, no Distrito Urbano do Cazenga, das 10 às 17 horas, com entradas gratuitas.

PORTUGAL, LISBOA

11 DE NOVEMBRO
'Show Angola 45' com a participação de Bonga, Yola Semedo, Eduardo Paim, Jacob Desvareaux, Don Kikas, entre outros, no Teatro Capitólio, em Lisboa, às 21 horas. O concerto vai ser transmitido, na TPA e nas redes sociais do Platina Line.

Poluentes orgânicos persistentes são substâncias derivadas sobretudo de actividades industriais e podem contaminar o ar, o solo e a água.



UM DOS FACTORES DE DESENVOLVIMENTO DE DOENÇA GRAVE

Poluição do ar agrava risco de morte

INVESTIGAÇÃO. Análise da Harvard TH Chan School of Public Health e da Boston já tinha sido avançada em Abril, mas, na altura, o estudo não tinha sido sujeito à revisão da publicação em meio científico.

Por Redacção

Um estudo publicado na revista científica *Science Advances* calcula que pequenos aumentos nos níveis de poluição do ar a que doentes com covid-19 estiveram expostos durante um período duradouro estão directamente associados a um aumento de 11% de mortes com a doença.

Confirma-se assim que o grau de exposição duradoura à poluição é um dos factores que reforça a possibilidade de desenvolvimento de doença grave e de morte entre pessoas infectadas com o vírus SARS-CoV-2.

A análise deste grupo de cinco investigadores da Harvard TH

Chan School of Public Health, de Boston já tinha sido avançada em Abril, pelo 'The Guardian', mas, na altura, o estudo não tinha sido sujeito à revisão de pares e publicação em meio científico.

Em Abril, o cálculo feito pelos investigadores do acréscimo de risco de mortalidade relacionado com a exposição duradoura a ar apenas ligeiramente mais poluídos teve uma variação — de 15% para 11% —, mas mantém-se a associação entre a exposição à poluição e a maior probabilidade de morte.

Como lembra o jornal britânico, já era conhecido o impacto da exposição a níveis mais elevados de poluição no desenvolvimento de doenças de pulmão e de coração.

A líder deste grupo de cinco investigadores, Francesa Dominici, notou que embora a quantificação da associação entre a exposição a ar mais poluído e morte de pessoas com covid-19 justifique mais

MEMORIZE

- **Entre as medidas que podem ser tomadas pelas autoridades de saúde e políticas de cada região, sugere-se começar a atacar já os níveis de poluição, reduzindo-os, e no imediato aumentar a capacidade de resposta em cuidados de saúde e o stock de equipamentos de protecção individual (EPI) nas regiões em que os níveis de poluição do ar são superiores.**

investigações, já há dados suficientes para ter especial atenção a infectados com o SARS-CoV-2 que tenham estado sujeitos a níveis superiores de poluição aérea (por viverem durante períodos longos

em cidades com ar mais poluído, por exemplo). “Não há nada a perder, pelo contrário, só traz benefícios dar prioridade a algumas das áreas mais vulneráveis”, referiu.

Entre as medidas que podem ser tomadas pelas autoridades de saúde e políticas de cada região, Francesa Dominici sugere começar a atacar já os níveis de poluição, reduzindo-os, e no imediato aumentar a capacidade de resposta em cuidados de saúde e o stock de equipamentos de protecção individual (EPI) nas regiões em que os níveis de poluição do ar são superiores.

Há muitos dados científicos que nos levam a pensar que um vírus que ataca os nossos pulmões, e que pode matar-nos com pneumonia viral, pode tornar-se mais mortal se os pulmões estiverem comprometidos por exposição a poluição do ar”, referiu ainda.

Um analista e investigador da universidade de Edimburgo que não fez parte da equipa que chegou a estas conclusões, Mark Miller, notou em declarações ao *The Guardian* que é “impressionante” que “somente pequenas diferenças nos níveis [de poluição]” tenham este impacto na mortalidade.

NOS HIMALAIAS

Alterações aceleram aquecimento da neve

Com o aquecimento global, a neve nos Himalaias tem derretido rapidamente. Mas um outro fenómeno, também derivado das alterações climáticas, tem acelerado o processo. As areias dos desertos do Thar, na Índia, da Arábia Saudita e do Sara chegam às montanhas asiáticas e aumentam a temperatura. É que apesar de a neve branca, em estado puro, refletir a luz solar, tudo muda de figura quando há poluição das areias.

Um estudo publicado na *Nature Climate Change* explica que a desflorestação e a alteração de padrões atmosféricos causados pelo aumento da temperatura contribuíram para a alteração das rotas destes ventos. Como não há árvores que retenham as areias, o vento transporta-as mais facilmente até aos Himalaias.

Este fenómeno pode ser catastrófico para os cerca de 700 milhões de pessoas que vivem na China e na Índia e que todos os anos dependem do degelo da primavera para aceder a água potável.



NÚMEROS DA SEMANA

32%

Redução registada de Janeiro a Setembro deste ano pela AGT na contribuição do subsector dos diamantes, segundo o director de tributação especial da AGT, Pedro Marques.

34%

Taxa de desemprego no terceiro trimestre deste ano, segundo o INE.

300

Milhões de dólares, foi o que Angola poupou, no primeiro semestre deste ano, na importação de bens alimentares ao consumir apenas 980 milhões, contra 1,3 mil milhões do mesmo período de 2019, anunciou o ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior.

600

Parafusos que foram furtados no Caminho-de-Ferro de Luanda e que levaram a empresa a suspender temporariamente a circulação.



EMPRESA HOLANDESA QUE OPERA NOS PETRÓLEOS

Prestadora de serviço abandona Angola

O prestador de serviços offshore holandês Heerema anunciou, na semana passada, o encerramento de duas joint ventures em Angola, justificando a decisão com as “más condições de mercado” e o baixo preço do petróleo que tornaram as suas operações, no país “economicamente inviáveis”.

A Heerema tem presença em Angola através das empresas da Heerema Porto Amboim (HPA) e da Heerema Marine - Sociedade Angolana de Transportes (HMT). A companhia holandesa

decidiu vender as acções da Heerema na HPA para o parceiro da joint venture, enquanto a HMT está a ser liquidada. “Depois de explorar possibilidades para o futuro em Angola, a Heerema concluiu que o encerramento da Heerema Porto Amboim (HPA) e da Heerema Marine - Sociedade Angolana de Transportes (HMT) é a opção adequada,” afirmou a Heerema Marine Contractors em comunicado. E acrescentou que “a decisão de cessar as operações em Angola é difícil e surge em resposta a desafios de longo prazo e a uma perspectiva limitada de trabalho no futuro”.

“Lamentamos profundamente as perdas de empregos que

resultarão desta decisão e apoiaremos o nosso pessoal durante a transição”, acrescenta.

A Heerema Porto Amboim (HPA) é uma joint venture entre a Heerema Marine Contractors (HMC) e a Cenbir, que oferece serviços submarinos offshore para a indústria de petróleo e gás e energia em Angola. O pátio de fabricação da HPA está localizado em Porto Amboim, Kwanza-Sul, Angola, e é especializada na construção de estruturas submarinas. Já a HMT oferece serviços de transporte marítimo offshore para a indústria de petróleo e gás e opera uma barcaça de carga e um rebocador.

COOPERAÇÃO

Agro-Prodesi nas universidades públicas

Os ministérios da Economia e Planeamento (MEP) e do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (Mescti) assinam, nesta terça-feira, 10, um protocolo para a materialização do projecto Agro-Prodesi.

Desenhando para a criação de um “ambiente propício” para a realização de negócios na agricultura, o Agro-Prodesi tem como parte integrante o Plano de Integração das Universidades no Desenvolvimento do Agro-negócio e Cadeias de Valor Priorizadas (UniAgro-Prodesi), que “abordará directamente os desafios ligados ao acesso e uso do conhecimento e tecnologias inovadoras no desenvolvimento inclusivo do agro-negócio e cadeias de valor”, de acordo com nota do MEP.

O acordo será assinado entre os titulares dos referidos ministérios, Maria do Rosário Sambo, do Mescti, e Sérgio Santos, do MEP, que vai também assinar acordos de cooperação com os reitores das universidades públicas.

RELATÓRIO DO BNA

BPC, BMA e BAI com mais queixas entre os grandes

Os clientes do BPC, do BAI e do Banco Milenium Atlântico (BMA) foram, entre os das principais instituições financeiras, os que mais queixas registaram no terceiro trimestre de 2020, com 134, 86 e 92 respectivamente.

No total, foram registadas 627 reclamações, segundo o departamento de conduta financeira do BNA, uma diminuição de 13,2%, face ao período homó-



logo em que foram reportadas 719 reclamações.

O maior número de queixas foi registado no mês de Setembro, com 44% do volume total. As transferências bancárias e

as contas de depósitos à ordem foram as maiores dores de cabeça dos clientes e, consequentemente, os maiores motivos de reclamação, representando perto de 45% do total das queixas apresenta-

das ao BNA pelos utentes do sector bancário.

Foram registadas 154 reclamações sobre transferências bancárias, sendo 119 referentes a operações em moeda estrangeira e 35 respeitantes à moeda nacional. No que às instituições de pequena e média dimensão diz respeito, o Banco Yetu lidera a lista das reclamações, seguido do Banco Caixa Geral Angola e do Banco de Negócios Internacional, com 23, 22 e 20 reclamações, respectivamente.

O BNA considera que o número de reclamações registadas no referido período é baixo, considerando que, em média, apenas 4,6 clientes em cada 100 mil apresentam reclamações contra as instituições financeiras de grande dimensão e uma média de 4,3 clientes em cada 50 mil reclamaram contra as instituições de média e pequena dimensões.